

tempo **presença**

publicação mensal do CEDI
número 185
agosto de 1983

NÃO PASSARÃO!



Este selo representa o nosso protesto contra a ameaça iminente de intervenção militar dos EUA na Nicarágua.

NICARÁGUA QUATRO ANOS DEPOIS



Olhar através da fé para a festa da vida



A CELEBRAÇÃO DA VIDA

John Poulton

Tradução adaptada de Rubem Alves

68 pp. Cr\$ 500,00

Confessamos que Jesus Cristo é a vida do mundo e assim, igualmente, fazemos nossa afirmação da vida. Afirmamos que Deus fez o mundo, que a vida é dádiva de Deus, e que tudo aquilo que destrói ou diminui a vida é inimigo de Deus. É disto que trata este livro. Ele nos diz que, olhando, pela fé, para a festa que nos é prometida, podemos participar da festa da vida que nos é oferecida aqui e agora. "Jesus Cristo — a vida do mundo" é o tema em torno do qual o Conselho Mundial de Igrejas reúne-se neste julho de 83.

As experiências comuns e a reflexão conjunta do testemunho bíblico

MISSÃO E EVANGELIZAÇÃO: UMA AFIRMAÇÃO ECUMÊNICA

40 pp. Cr\$ 500,00

Por trás de cada uma das afirmações deste livro há experiências cristãs de ontem e de hoje, de países ricos e de países pobres, de países com séculos de tradição cristã e de países onde só há cristãos de primeira geração. Este documento surge do encontro de todas essas experiências e da reflexão conjunta sobre o testemunho bíblico. Cumpre alguns propósitos fundamentais do Conselho Mundial de Igrejas tais como: avançar rumo a unidade, para que o mundo possa crer; facilitar o testemunho comum das Igrejas em cada lugar e em todo lugar; apoiar as Igrejas em sua tarefa missionária e evangelizadora através de todo o mundo.



"Araguaia, que histórias há nessas águas..."

POETAS DO ARAGUAIA

132 pp. Cr\$ 1.500,00

Como diz Carlos Brandão no prefácio deste livro: "Aqui, neste lugar de bichos e índios, de posseiros e agentes de pastoral — militantes armados de palavras em luta — a poesia de poetas do povo e com o povo quer compreender a história. Quer transformar o destino da história. Quer decifrar a vida e o compromisso. Vir a ser com o posseiro, com o lavrador do Norte, um irmão de destino. Não nos iludamos. As beiras do rio estão cheias de história. Dela falam estes poetas do Araguaia. Saibamos ouvi-los."



FAÇA SEU PEDIDO AINDA HOJE

Preencha o cupom anexo à revista e junte a ele um vale postal ou cheque nominal a Tempo e Presença Editora Ltda. Envie para Caixa Postal 16082 Rio de Janeiro RJ CEP 22221.

Cadernos do CEDI 11

PEÕES E GARIMPEIROS terra e trabalho no Araguaia



Cadernos do CEDI 11

PEÕES E GARIMPEIROS. TERRA E TRABALHO NO ARAGUAIA

68 pp. Cr\$ 1.500,00

A capacidade de luta e resistência do campesinato-posseiro da região face à introdução das grandes empresas agropecuárias e ao apelo dos garimpos descobertos no sul do Pará, é o tema em discussão neste Cadernos. "O Peão Entrou na Roda", "O Fogo do Ouro" e a "Questão da Terra" são trabalhos elaborados pelas equipes de pastoral da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT), da Diocese de Conceição do Araguaia (PA) e pela Assessoria à Pastoral Rural do CEDI, a partir de suas práticas de mobilização, organização e pesquisa junto a peões, posseiros e garimpeiros.

Aconteceu

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
ESPECIAL 12: Abril de 1983
Primeira Edição da Imprensa

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982



Aconteceu (Especial 12) POVOS INDÍGENAS NO BRASIL/1982

108 pp. Cr\$ 1.500,00

Todas as notícias sobre os povos indígenas no Brasil no ano passado estão reunidas neste dossiê. Coletadas em mais de quarenta jornais, são precedidas de comentários escritos por antropólogos, indigenistas, além de missionários e leigos ligados ao CIMI. É uma ferramenta de trabalho indispensável para quem está comprometido ou se interessa pela luta indígena.

tempo e presença

publicação mensal do CEDI
número 185
agosto de 1983

Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor

Domício P. de Matos

Conselho Editorial

Elter Dias Maciel

Rubem Alves

Jether Pereira Ramalho

Heloísa Martins

Luiz Roncari

Composição

Prensa

Rua Cte. Vergueiro da Cruz, 26

Tel. 280-8507

Fotolito e Impressão

Clip — Rua do Senado, 200

Telefone 252-4610

Pedidos em cheques para

Tempo e Presença Editora Ltda.

Caixa Postal 16082

22221 — Rio de Janeiro — RJ

CEDI

Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98 Fundos

Telefone 205-5197

22241 — Rio de Janeiro — RJ

Av. Higienópolis, 983

Telefone 66-7273

01238 — São Paulo — SP

Editor Geral

Elter Dias Maciel

Editores

Carlos Cunha

Luís Roncari

Programação Visual

Anita Slade

Martha Braga

Produção Gráfica

Roberto Dalmaso

Assinaturas e Expedição

Valéria Carrera Roura

Vanderlei da Silva Gianoti

Quatro anos de luta. Esta tem sido a resposta da Nicarágua aos que não se conformam com o sucesso de sua revolução, e com a derrubada de uma das ditaduras mais sangrentas da história das Américas. Mal há tempo para comemorar a queda de Somoza, para enterrar os mortos, para curar os feridos, para respirar um ar de liberdade.

Hoje, assistimos mais uma bem orquestrada ameaça de invasão militar norte-americana à Nicarágua. Aliás, isso não é novo na história da América Central. As invasões militares norte-americanas, pode-se dizer, têm sido rotina. Sempre derrubando governos que não atendem a seus interesses, ocupando territórios, financiando mercenários, matando gente, os norte-americanos nunca duvidaram de utilizar seu braço armado para fazer valer suas vontades. Agora o alvo é a junta sandinista e o povo da Nicarágua.

Nós, aqui, temos testemunhado de várias formas o esforço do povo nicaraguense e de seu governo de enfrentar os mais variados problemas,

próprios de um país que quase teve que começar de novo. Temos constatado grandes conquistas. A principal delas é a intensa participação popular, consciente e organizada, na busca de soluções para os problemas. Há também impasses, questões novas que precisam ser tratadas com tranquilidade, pois muitas delas vão firmando um caminho que pode ou não ser trilhado em experiências futuras.

Nesse processo tem sido importante a participação das Igrejas. Uma parte das Igrejas protestantes vem se manifestando constantemente na defesa da construção dessa nação nova. A Igreja Católica, dividida, vem fazendo suas opções. Sua parte mais expressiva, porque mais ligada ao povo, é um dos sustentáculos desse processo revolucionário.

Pois tudo isso agora está ameaçado. Ameaçado pela força, pelo canhão, pelo soldado. Pode haver um banho de sangue na Nicarágua e nós não podemos ficar parados. É preciso gritar contra isso, preocuparmo-nos, manifestar nosso desacordo.

SUMÁRIO

4 QUATRO ANOS DE REVOLUÇÃO
NA NICARÁGUA
Marcos Piva

9 A IGREJA POPULAR E
O HORIZONTE TEOLÓGICO
F. Banjemim de Souza Netto

11 Entrevista
CLAUDINO FALQUETTO

13 SÓ MANDACARU RESISTIU
TANTA DOR
Henrique Pereira Jr.
Doroti da Silva

16 Curtas

17 A "FERRAMENTA MARXISTA" E
A FERRUGEM DO TEMPO
Rubem Cesar Fernandes

20 QUEM TEM MEDO DA
TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO?
Leonardo Boff

22 "E ELES TRANSFORMARÃO
SUAS ESPADAS EM ARADOS"
Rubem Alves

24 Bíblia Hoje
JESUS CRISTO, A VIDA DO MUNDO
Alan Boesak

28 In Memoriam:
DR. JUAN MACKAY
Luis E. Odell

29 Documento

31 NICARÁGUA MENINA
Bebeto Abrantes

Encarte
MODELOS BÍBLICOS
DE PASTORAL
Julio de Santa Ana

Quatro anos de revolução na Nicarágua

Marcos Piva

A Revolução Popular Sandinista chega ao seu quarto ano de vida enfrentando uma grave crise econômica (fruto de uma economia capitalista dependente) e as agressões militares dos contra-revolucionários apoiados pelo governo norte-americano. Entretanto, o governo de reconstrução nacional revela maturidade política ao tentar resolver ambas as situações através do diálogo e do respeito ao programa revolucionário original, além de observar estritamente os tratados internacionais, utilizando adequadamente os foros mundiais para formular suas preocupações.

Apesar das restrições impostas pela realidade econômica, pode-se afirmar que o regime sandinista goza ainda de um amplo respaldo popular, que se configura principalmente entre a juventude, o operariado e os camponeses. Uma prova é o grau de mobilização e participação do povo nas tarefas de defesa do país e do processo revolucionário. A rápida e eficiente resposta populacional tem desarticulado várias tentativas de invasão e desestabilização. Essa resposta se dá fundamentalmente na integração das Milícias Populares Sandinistas e dos Batalhões de Reserva, que são compostos por voluntários que ficam quatro ou cinco meses nas montanhas combatendo um inimigo bem armado e perigoso. Até maio já haviam morrido mais de quinhentos nicaraguenses, mas não existia qualquer indicio de desânimo entre eles. Mesmo vivendo um clima de guerra, a população anda tranqüila pelas ruas parecendo estar acostumada a esse tipo de situação.

BALANÇO ECONÔMICO

A economia nicaraguense, como as demais economias latino-americanas e do Terceiro Mundo em geral, sofre terrivelmente as conseqüências da crise mundial que se traduz nos baixos preços dos produtos de exportação agrícola, no endividamento crescente através das altas taxas de juros e dos serviços do débito externo, na escassez de divisas, etc.

A ascensão de Ronald Reagan acentuou os problemas econômicos enfrentados pela Revolução Popular Sandinista. Os estrategistas do Pentágono consideram a América Central como sua "quarta fronteira" e, por isso, fizeram desli-

zar suas fragatas rumo às costas pacífica e atlântica de Nicarágua, assumindo a possibilidade de um bloqueio naval com o pretexto de que "o regime sandinista de esquerda representa um perigo para a paz na região".

Medidas restritivas foram adotadas como o fechamento da Standard Fruit que explorava e comercializava a banana na Nicarágua, a redução de 90 por cento na importação do açúcar nicaraguense e o veto na aprovação de novos empréstimos. É a tática da asfixia econômica, mesmo que tais atos firam frontalmente a legislação internacional que proíbe a utilização de pressões econômicas com objetivos políticos.

Para um país que, em 1960, tinha 52,6 por cento de suas importações vindas dos Estados Unidos, a iniciativa de diversificar suas fontes de financiamento e comércio parece bem razoável.

Exportação (%)

País	1950	1960	1977	1981	1982
EUA	70	43	22.8	23.2	22.6
Europa Ocidental	18	24	29.8	20.8	22.9
América Central	4	4	21.0	14.2	13.2
Europa Oriental	—	—	—	5.6	7.3
Outros (Japão, etc.)	8	29	27.2	36.2	34.0

(Fonte: Instituto Histórico Centro-Americano, Manágua)

Importação (%)

País	1981	1982
EUA	26.3	19.0
América Central	21.1	15.1
Europa Oriental	3.3	11.5
México	12.0	21.1
França	0.9	4.2
Espanha	1.2	2.8

(Fonte: Informe anual de 1982 da Junta de Governo)

1982 foi considerado o ano mais difícil para a Revolução, já que o Produto Interno Bruto caiu 1,4 por cento chegan-



Assembléia de mães de heróis da Revolução Sandinista.



do a um índice acumulado de —4,3 por cento. As importações foram reduzidas em 25 por cento e as exportações baixaram 9,8 por cento. Isso está traduzido nos seguintes índices:

Oferta global de bens e serviços	— 8,2%
Consumo básico	— 4,2%
Inversão	— 22,9%
Consumo não básico	— 23,3%

O desemprego pulou de 15,9 por cento em 1981 para 19,8 por cento em 1982, totalizando 185.200 desempregados. A inflação, apesar de tudo, se manteve um pouco estável com um índice de 24,8 por cento contra 23,9 por cento em 1981. O salário real também sofreu uma preocupante deterioração: 14,1 por cento para a cidade e 19,6 por cento para o campo. Segundo dados da “Comisión Económica para América Latina”, a crise mundial e as inundações de maio/junho de 1982 provocaram prejuízos na ordem de 446 milhões de dólares. Além disso, no período 78/82 houve uma fuga de capitais de 640 milhões de dólares.

Esses problemas fizeram a dívida externa chegar a três bilhões e 347 milhões de dólares. Somente os serviços da dívida abocanham 46,1 por cento das exportações, num valor de 214 milhões (Interesses 154,5; pagamento principal 59,5). Mesmo assim, a Nicarágua é um dos poucos países que ainda cobre seu débito pontualmente. Por isso, o governo conseguiu alguns empréstimos a longo prazo com baixas taxas de juros.

“Necessitamos criar as condições objetivas que garantam a defesa do país e o atendimento das necessidades básicas da população através de um programa econômico austero que pode significar, inclusive, a escassez de alguns produtos de primeira necessidade”, alertou o comandante Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, no dia 4 de maio passado, depois de apresentar o informe anual do governo ao Conselho de Estado. “Agora vamos priorizar as atividades primárias em detrimento de outras, racionalizar a importação, controlar melhor os créditos externos e as divisas disponíveis”, afirmou

ele. O dr. Sergio Ramirez Mercado, outro membro da junta, disse que “o sucesso dessas propostas depende muito do esforço organizativo e da disciplina do povo diante da atual situação de emergência econômica e militar”.

CONQUISTAS SOCIAIS

Realmente, tudo aquilo que se conseguiu na Nicarágua sandinista em termos de benefícios sociais dependeu muito da participação popular, base fundamental de sustentação de qualquer sistema político.

Vejamos, por exemplo, alguns avanços nos seguintes setores:

Saúde

- a) A esperança de vida passou de 55,2 em 1978 para 57,6 em 1982;
- b) O índice de mortalidade infantil diminuiu de 120/1.000 em 1978 para 90,1/1.000 em 1982 (dado confirmado pela Organização Mundial da Saúde);
- c) Maior controle e erradicação das doenças transmissíveis através da vacinação massiva (em 1982, nenhum caso registrado de poliomielite);
- d) 6,3 milhões de consultas em 1982 (2,1 por habitante), das quais 60 por cento feitas em centros ou postos de saúde;
- e) 4.734 camas (1,6 por 1.000 habitantes).

Educação

- a) As matrículas gerais no Sistema Educativo Nacional passaram de 902.554 em 1981 para 1.025.350 em 1982 (mesmo assim, existem 119.279 crianças em idade escolar que não foram matriculadas);
- b) Queda crescente do índice de analfabetismo que na Campanha Nacional de Alfabetização baixou de 50,7 por cento para 12,9 por cento (a CNA continua através dos programas de Educação de Adultos);

c) Quase dois mil jovens nicaraguenses com bolsas de estudo no exterior;

d) Aprovação da nova Lei de Educação que tem como finalidade principal “formar plena e integralmente o Homem Novo, permanentemente em construção, apto para promover e contribuir para o processo de transformação que edifica dia a dia a Nova Sociedade”. A Lei também garante e respeita “a liberdade dos pais de escolherem para seus filhos as escolas que julgarem mais convenientes”.

Habitação

Construíram-se em 1982, 3.158 casas financiadas pelo Ministério da Habitação e Assentamento Humanos contra 1.797 em 1981. No processo de autoconstrução foram erigidas 533 casas (186 em 81). Distribuíram-se 10.050 lotes nas urbanizações planejadas, seis mil nos condomínios confiscados e 9.993 títulos de propriedade.

O setor social recebeu em 1982 uma verba de quase três bilhões de dólares. Para 1983 foram programados três bilhões e 600 milhões, representando um incremento de 13,1 por cento.

Apesar das limitações econômicas e das agressões militares nas fronteiras norte e sul, o governo revolucionário mantém sua política de subsídios aos bens de consumo básico, na tentativa de sustentar o salário real dos trabalhadores. Esta é a programação deste ano:

Verba	Destino
Cr\$ 455 mi	grãos básicos
Cr\$ 239 mi	açúcar
Cr\$ 59 mi	leite
Cr\$ 321 mi	transporte público
Cr\$ 225 mi	programas sociais
Total do subsídio	1.222.000.000,00 de córdobas

Obs. Houve um incremento de 35% com relação a 1982.

A REFORMA AGRÁRIA SANDINISTA

A Nicarágua é um país fundamentalmente agrícola. O modelo econômico de agroexportação, que se consolidou com o algodão nos anos 50, permanece até hoje. Por isso, o governo revolucionário tem como eixo central de seu programa, a reforma agrária, realizada, preferencialmente, entre os camponeses organizados em cooperativas. Até hoje, já foram distribuídas 150 mil “manzanas” (cada uma tem 500 m²), beneficiando oito mil famílias. Existem 3.057 grupos associados que representam 60 mil camponeses (mais de 50 por cento são pequenos e médios produtores), organizados na UNAG — Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos. Os assalariados agrícolas são filiados, em sua maioria, à ATC — Asociación de Trabajadores del Campo.

O Estado detém 23 por cento das terras cultivadas, enquanto os 77 por cento restantes estão em mãos de produtores individuais ou organizados. A Área de Propriedade do Povo — APP — é responsável por 21,2 por cento da produção total de algodão; 20,3 por cento de café; 29,3

por cento de cana; 42,2 por cento de arroz e 100 por cento de tabaco.

A agricultura teve uma queda de 11,6% no ano passado. As causas residiram principalmente nas inundações de maio/junho, nos baixos preços do mercado externo e nas contínuas ações contra-revolucionárias. O governo pretende este ano recuperar os índices de 1981, o melhor ano pós-triunfo. Para tanto, a produção agrária será aprofundada com os seguintes mecanismos:

- a) confisco das terras ociosas ou descapitalizadas;
- b) consolidação do movimento cooperativista;
- c) título de propriedade para pequenos e médios produtores;
- d) ampliação e construção de novos projetos agroexportadores e agroindustriais.

DEFICIÊNCIAS DO ESTADO

O comandante Daniel Ortega salientou em seu discurso ao Conselho de Estado, a falta de autocritica de muitas instituições estatais, o que incide necessariamente na falta de identificação de suas deficiências e na falta de iniciativas oportunas para corrigi-las. Segundo ele, de 36 órgãos que participaram do Informe Anual, 13 fizeram um esforço limitado de autocritica e 23 não fizeram esforço algum. O comandante aproveitou ainda para apontar outras falhas na administração estatal como o burocratismo, a falta de integração com os organismos de massa, a incapacidade na execução de planos e a má utilização do crédito bancário. Aliás, com relação a esse último item, o governo teve que perdoar uma dívida de 335 milhões de córdobas feita por membros da UNAG que, devido à crise econômica, gastaram o dinheiro na construção de suas casas e na aquisição de alimentos e não na produção.

PODER POPULAR

A Revolução Sandinista tem um caráter popular, democrático e antiimperialista e busca manter um governo de unidade nacional com a participação de todos os setores da sociedade realmente interessados em construir uma “Nueva Nicaragua”. Esse projeto, lançado antes mesmo do triunfo pela Junta de Governo de Reconstrução Nacional, em Costa Rica, obedece à linha programática da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que está substanciada na história de resistência do povo nicaraguense e que objetiva a emancipação das massas trabalhadoras.

Por isso, a participação popular, consciente e organizada, é a base do sucesso revolucionário. Os Comitês de Defesa Sandinista (CDS) organizam o povo por quarteirões (cidade) e comunidades (campo) para discutir seus problemas, analisar a conjuntura e preparar-se para a defesa do processo. São os CDS que organizam a “vigilância revolucionária” e a agitação e a propaganda para as manifestações.

A Juventude Sandinista aglutina estudantes (universitários e secundaristas) e jovens trabalhadores. Graças à JS, a Revolução tem ganho importantes batalhas, sendo a última delas a colheita de café quando por dois meses mais de quinze mil jovens viveram voluntariamente nas plantações

para garantir a produção programada. Eles também estão presentes em grande número no exército, nos batalhões de reserva e nas milícias populares sandinistas, que formam a estrutura defensiva do país.

As mulheres estão organizadas na AMNLAE (Asociación de Mujeres Nicaragüenses Luiza Amanda Espinoza), onde desenvolvem um trabalho de conscientização sobre o papel feminino na Revolução. As crianças também possuem a sua entidade (Asociación de Niños Sandinistas) e suas próprias publicações e mensagens. Auxiliados por especialistas e "los maestros amigos", eles desenvolvem muitas atividades culturais, históricas e recreativas, além de participarem ativamente das manifestações populares.

CENTRAIS SINDICAIS E PARTIDOS POLÍTICOS

A atividade sindical é essencial num Estado revolucionário. Daí o aumento considerável do número de sindicatos depois do 19 de Julho. Na Nicarágua, os sindicatos são por empresas ou fazendas, e não por categorias. Existem 7 centrais sindicais: Central Sandinista dos Trabalhadores (CST), Central Geral dos Trabalhadores Independentes (CGTI), Central de Ação e Unidade Sindical (CAUS), Central de Unificação Sindical (CUS), Central dos Trabalhadores Nicaragüenses (CTN), Frente Operário (FO) e Federação dos Trabalhadores Social-Cristãos (FETRASC).

Central	Partido ou Tendência
CST	FSLN
CGT (i)	Partido Socialista Nicaragüense
CAUS	Partido Comunista de Nicarágua
CUS	Ligada a AFL-CIO ianque
CTN	Burguesia "criolla" e hierarquia católica
FO	Trotskistas
FETRASC	Partido Social Cristão

A relação entre o Estado e os sindicatos na Nicarágua assume características distintas na medida em que nesse país existe um processo revolucionário, feito, sustentado e dirigido pelas massas trabalhadoras. Por outro lado, como consequência natural da instalação de um governo democrático e popular, está a contra-revolução, organizada em todos os níveis, inclusive o sindical.

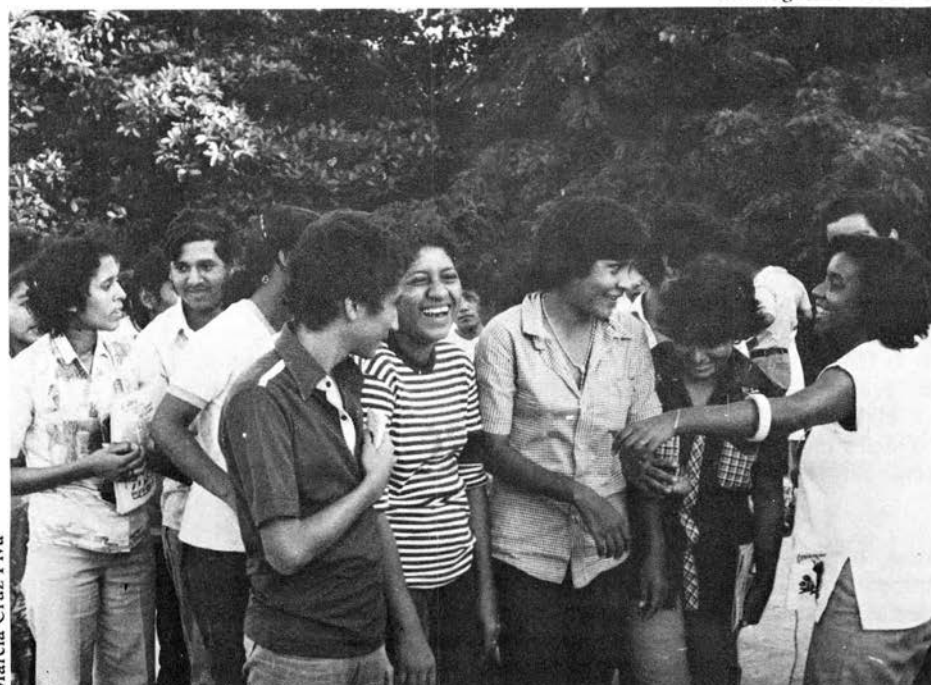
Após o triunfo, criou-se a Central Sandinista dos Trabalhadores, como instrumento aglutinador das forças sindicais ligadas à Frente Sandinista. Imediatamente, tornou-se a maior central do país, hegemonizando o movimento, mas tendo o cuidado de não marginalizar ou confrontar-se com outras correntes. Aconteceu exatamente o contrário! Conscientes de que os trabalhadores terão um papel cada vez mais ativo no processo em curso, a CST, CGTI, CAUS e FO formaram há dois anos a Coordenadora Sindical, que poderá converter-se numa central única.

O trabalho dos sindicatos filiados à Coordenadora Sindical consiste, fundamentalmente, em integrar os trabalhadores no processo dinâmico da defesa e produção, servindo assim como suporte essencial para a manutenção do governo de unidade nacional.

Já as centrais ligadas aos grupos contrários à Frente Sandinista e até mesmo ao processo revolucionário buscam como minar as bases da CS, lançando reivindicações salariais irreais e levantando a bandeira da liberdade sindical como eixo central da luta dos trabalhadores.

Com o aumento das agressões contra-revolucionárias, a Junta de Governo decretou, em setembro de 1981, o estado de emergência econômica e social, que proíbe, entre outras coisas, greves e a ocupação de propriedades ou centros de trabalho. Portanto, a atividade sindical se desenvolverá de acordo com a situação de agressão imposta à Nicarágua.

A participação da juventude é determinante no processo revolucionário nicaragüense. Gente de todas as idades participa das transformações.



Na Nicarágua funcionam dez partidos políticos. Vamos dividi-los com os velhos rótulos:

Extrema-Esquerda: Partido Comunista de Nicarágua (PCN) e Movimento de Ação Popular Marxista-Leninista (MAPU-ML).

Esquerda: Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) e Partido Socialista Nicaraguense (PSN).

Centro-Esquerda: Partido Liberal Independente (PLI) e Partido Popular Social Cristão (PPSC).

Direita: Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrata (PSD), Partido Liberal Constitucionalista (PLC) e Partido Conservador Democrata (PCD).

Existem, ainda, grupos de extrema-esquerda inexpressivos e o Movimento Democrático Nicaraguense, que atua clandestinamente sob a liderança de Alfonso Robelo.

No cenário político-partidário movimentam-se duas forças antagônicas que obedecem à própria dinâmica do processo. A hegemonia se encontra, indubitavelmente, com a FSLN. Entretanto, existe a Frente Patriótica da Revolução (FPR) que congrega, além da Frente Sandinista, o Partido Liberal Independente, o Partido Popular Social Cristão e o Partido Socialista Nicaraguense. A FPR busca fortalecer o pluralismo político, o governo de unidade nacional e cumprir com os objetivos do processo revolucionário.

A oposição, por sua vez, está organizada na “Coordenadora Democrática Ramiro Sacasa Guerrero”. Unem-se nesse organismo frontalmente contrário à direção revolucionária (mas, nem por isso ilegal), o Partido Liberal Constitucionalista, o Partido Social Democrata, o Partido Social Cristão, a Central de Trabalhadores Nicaraguenses e a Central de Unificação Sindical. Essas entidades abandonaram suas cadeiras no Conselho de Estado e lutam pelas eleições imediatas em todos os níveis e a volta do sistema parlamentar tradicional. O Partido Conservador Democrata rompeu com a “coordenadora demorática” e permanece no Conselho de Estado.

DEMOCRACIA POPULAR

O 4 de maio é conhecido como o “Día de la Dignidad Nacional”. Há mais de cinquenta anos, Augusto Cesar Sandino, “el General de Hombres Libres”, iniciava com êxito a luta contra a intervenção norte-americana na Nicarágua. Em 1981, nessa mesma data, se inaugurava o Conselho de Estado, conhecido também como o Conselho do Povo. Ai, organizações de massa, partidos políticos, centrais sindicais e associações trabalham na elaboração de leis e matérias que são enviadas para aprovação da Junta de Governo ou vice-versa; o Conselho tem caráter consultivo.

Partindo para o seu terceiro ano legislativo, o Conselho tem funcionado como um verdadeiro parlamento popular, onde os projetos, apreciados inicialmente pelas comissões, são amplamente discutidos. A Lei da Alimentação (cha-

mada Lei da Paternidade Responsável), a Lei de Reforma Agrária, a criação dos Tribunais Populares Anti-Somozistas e os modestos aumentos de salário representam alguns dos avanços do Conselho. Para este ano está prevista a aprovação da nova Lei de Partidos e para 1984 a elaboração da Lei Eleitoral, mantendo-se o calendário das eleições para 1985.

Por outro lado, a Corte Suprema de Justiça está estudando um novo sistema judiciário para adequá-lo à nova realidade. A descentralização da Justiça também tem servido para aperfeiçoar seus mecanismos de execução.

POLÍTICA EXTERIOR

Diante das agressões contra-revolucionárias e do endurecimento da administração norte-americana, a Nicarágua tem respondido com uma política séria, buscando o diálogo bilateral com os Estados Unidos e Honduras, para evitar um conflito aberto. Além disso, a utilização de organismos internacionais como a ONU, o Movimento dos Países Não Alinhados e a Internacional Socialista têm lhe proporcionado um considerável respaldo exterior, o que serve para desfigurar o pretexto de que o país tornou-se um “satélite” do bloco socialista. A eleição da Nicarágua para o Conselho de Segurança da ONU representou um grave revés para a administração Reagan.

Mesmo assim, o governo dos Estados Unidos continua aplicando sua estratégia belicista na região para desestabilizar o regime sandinista e exterminar o movimento revolucionário salvadorenho, na tentativa de assegurar sua hegemonia política. A transformação de Honduras em base militar norte-americana, a expulsão de vinte e um diplomatas nicaraguenses e o incremento das ações clandestinas da CIA contra a Nicarágua constituem provas irrefutáveis de que, apesar de toda oposição estadunidense e mundial, o presidente Ronald Reagan prossegue em sua aventura bélica, como nos melhores (?) tempos de Hollywood. Os ataques verbais aumentam, a “solução única regional” permanece no ar (por exemplo: guerrilha salvadorenha sem armas com governo Magaña, sandinistas com contra-revolucionários) e o bloqueio naval é um fato consumado.

A FSLN e o povo nicaraguense sabem que “chuvas e trovoadas” estão cada vez mais próximas dos céus centro-americanos. Internamente, preparam-se psicológica e militarmente para o pior, e por isso mesmo ninguém tem o direito de impedir que recebam ajuda de quem quer que seja. Externamente, esgotam os recursos possíveis propondo ou apoiando iniciativas de diálogo.

O que fazer?

O alerta do comandante Daniel Ortega deixa uma certeza: “A Revolução Popular Sandinista tem condições técnicas e morais para enfrentar, rechazar e destruir uma invasão em maior escala”.

Marcos Piva é jornalista e viveu na Nicarágua os últimos dois anos.

A IGREJA POPULAR E O HORIZONTE TEOLÓGICO

Este é o primeiro artigo de uma série que F. Benjamin de Souza Netto escreverá para *Presença* sobre o tema *A Igreja Popular*. Depois da última assembléia da CNBB, em abril último, essa questão voltou à tona, dando margem a toda uma gama de comentários divergentes. Pela própria delicadeza do tema, se não for discutido de forma precisa e rigorosa, poderá ampliar mais ainda as possibilidades de interpretações equivocadas. Isto faz com que o artigo exija uma leitura atenta, o que é preferível a uma leitura fácil mas não esclarecedora.

A Ecclesiologia, como domínio da Teologia, tem ainda, ao contrário de outros domínios, um longo caminho a percorrer antes de se elevar da forma "Questão Discutida" a formas cuja pretensão se aproxime de um sistema acabado. Antes de tudo, parafraseando Aristóteles, cabe-lhe reconhecer que a Igreja diz-se de múltiplos modos. Isto suscita uma questão prévia a todo o tratamento do tema: qual destes modos é primordial a tal ponto que os demais se digam com referência a ele? A opção que mais imediatamente ocorre é a que se estabelece entre a Igreja como ente particular e a mesma como Totalidade Universal. A primeira tem a seu favor o significado basilar da palavra, Assembléia; a segunda o Fim que a move, a Comunhão em absoluto. Todavia, ocorre logo a uma reflexão mais atenta que, sem a primeira, é a segunda inefetiva, enquanto aquela, sem esta, se dissolve no múltiplo. Isto quer dizer: ambas só são algo se forem a mesma. Obviamente, isto vale ao nível do puramente ideal. Mas é igualmente óbvio que a Igreja é algo que não pode subsistir se perder o sentido de sua realidade.

Isto obriga quem pensa a Igreja a reformular a questão que a põe em outros termos: é preciso que se divise o que faz a unidade destes contrários que, de tal modo se implicam que, sem ambos em sua oposição, o todo se anula. A solução da questão se encaminha a partir do momento em que se remonta da Igreja constituída ao ato de sua constituição. Este pode ser visualizado tanto a partir dessa forma histórica quanto nos termos da consciência que ela forma de si mesma. A primeira detecta a exterioridade das relações, a referência a título de compromisso à identidade messiânica de Jesus de Nazaré. A outra afirma a mediação deste, e desta vê provir o Espírito que, imanente, gera e constitui a unidade do Corpo eclesial. A

primeira capta a opção fundante, a segunda interpreta, divisando o interior da relação. O resultado da interação entre ambas é o seguinte: na efetividade da Igreja particular, a universalidade é posta como idealidade, donde, como proposta e projeto, constituindo o horizonte que, transposto, se resolve no Absoluto. Em contrapartida, a Universalidade como Ideal procura a sua efetividade, primeiro, na Igreja particular que para Ela se move e, em seguida, na interação entre as Igrejas Particulares. Mostrar como isto vem ocorrendo é missão da História, que, para tanto, deve depurar os seus propósitos.

A História da relação entre o particular e o universal da Igreja, sabe-se, foi uma História de tensões até o antagonismo. Todavia, mesmo na rutura, o Ideal da Universalidade constituiu sempre o horizonte no qual cada Igreja afirmou a sua Verdade, isto é, a sua autenticidade de Igreja do Cristo. Sem dúvida, é mais custoso mostrar isto quando se discorre sobre as Igrejas Protestantes, do que quando se estuda a História dos Cismas até, inclusive, Miguel Cerulário. (O cisma que separou as Igrejas do Ocidente latino e do Oriente grego.) Mas, em última instância, postula-se ao menos uma unidade escatológica, a unidade última e, portanto, perfeita! o que, muito simplesmente, salva a universalidade em sua Essência.

No que concerne à igreja Católica Romana, que é aqui mais diretamente visualizada, cabe recordar alegar ela que a unidade teologal nela assume uma forma institucional, inclusive a nível de continuidade histórica. Mas cabe igualmente insistir em que a Ecclesiologia Belarminiana, a visão da Igreja que legitima a Igreja Romana em sua forma verticalista, em vigor desde o Concílio de Trento, toda a serviço da ortodoxia tridentina, não só tem sofrido duro golpe da Crítica históri-

ca, como tem sido posta em questão quanto à racionalidade propriamente teológica de muitas de suas doutrinas. Este questionamento não é um fato a passar-se na esfera do simplesmente acadêmico: ao contrário, ele corresponde a uma procura concreta, a que muitas Igrejas particulares fazem de sua atualidade, ou seja, de sua razão histórica.

Ora, é precisamente no contexto desta procura que se põe o problema da chamada "Igreja Popular". Na primeira abordagem que aqui se faz deste problema, trata-se de examinar em que medida se pode falar de Igreja Popular a partir de uma Eclesiologia ainda clássica, a do Vaticano II.

Não se pode negar que a Eclesiologia do Vaticano II deslocou sua ênfase da idéia de Corpo Místico para a de "Povo de Deus". Este deslocamento tem, sem dúvida, a sua razão de ser nos desafios que o Catolicismo Romano experimentou, em particular no derradeiro século. Isto não obsta que a invocação da tradição bíblica e patristica a favor de uma definição da Igreja a partir do Povo se tenha feito com suficiente correção, mesmo que ressalve ser típico da Teologia Católica atribuir à Igreja um realce maior que outras teologias, identificando-a, mais do que estas, com o Povo como todo e com a comunidade Escatológica. Desse modo, o Povo, em grego "Laós", passou a ser visualizado como o constituinte essencial do Corpo Eclesial, o que teve o importante resultado de se lhe restituir o estatuto de "agente" e não só de paciente da Salvação. Resposta às necessidades do Tempo, este modo de ver foi apropriado rapidamente pelos movimentos que visavam satisfazer a estas necessidades. Isto ocorreu de modo mais acentuado no Terceiro Mundo, onde as Igrejas identificavam como "Po-



vo" a massa imensamente maioritária dos oprimidos e desapossados. Com efeito, por oposição às elites, eram estes que mais freqüentemente eram ditos e a si mesmos diziam Povo. Posta como Comunidade e Assembléia deste, a Igreja foi levada a redefinir os seus padrões, ao menos no que diz respeito ao Culto e à Pastoral. Insatisfatória em suas primeiras formas, esta redefinição foi com alguma freqüência assumida pelas Igrejas particulares, o que se fez com variada audácia.

Desta audácia, a proclamação de uma Igreja Popular, que se afirmaria sem a chancela da Hierarquia, embora não necessariamente em antagonismo com esta, representa o que há de mais significativo, precisamente por que um tal proclamar-se vale a quem o faz a paridade com as Igrejas particulares já reconhecidas, inclusive quanto ao direito de se propor como parte da universalidade eclesial.

Fica reservado à seqüência destas considerações precisar em que termos e com que amplitude isto ocorre. Aqui, cabe discernir que Eclesiologia pressupõe um tal projeto. De início, é necessário esclarecer que nada obsta a uma Igreja particular tornar-se matriz e fundadora de novas Igrejas. Não é, portanto, esta modalidade de geração eclesial que aqui se discute. O que cabe saber é que possibilidades há de o crescimento de um núcleo comunitário de fiéis tornar-se em verdadeira Igreja sem esta iniciativa. A resposta a uma tal questão só poderá ser dada se

se determinar com rigor o que é essencialmente uma Igreja. Ora, embora seja esta a questão de todas a mais árdua, é possível determinar de modo sintético as alternativas da resposta. Destas, a primeira é a que afirma a necessária mediação da Igreja como Instituição. Mais espontânea para um Católico Romano e necessária no contexto de uma Eclesiologia belarminiana, esta sentença tem difícil sustentação histórica e não é teologicamente o que há de mais autêntico. Com efeito, mesmo os que a defendem são levados a admitir que o institucional pertence à ordem dos meios secundários e tem vigor limitado ao simplesmente histórico e não é teologicamente o que há de mais autêntico. Com efeito, mesmo os que a defendem são levados a admitir que o institucional pertence à ordem dos meios secundários e tem vigor limitado ao simplesmente histórico.

Esta concessão deixa aberto o caminho aos que defendem outras alternativas. Estas têm em comum alegar a Liberdade do Espírito em suscitar formas novas de Vida que cheguem à maturidade de verdadeiras Igrejas, conquistando, com isto, o direito ao reconhecimento das já existentes. Este reconhecimento pode perfeitamente padecer as oscilações da História: podem obstá-lo preconceitos de variada espécie e, especialmente, as razões do Poder e do interesse. E os defensores desta sentença podem alegar precedentes históricos para argüir os que postulam um reconhecimento institucionalmente expresso para a vigência da autenticidade eclesial. Assim, foi só no Vaticano II que a Igreja Católica passou a tratar como Igrejas as Denominações surgidas a partir da Reforma. Explorada, a virtualidade desta tese levará a uma abordagem conseqüente das chamadas "Igrejas Populares".

(continua no próximo nº)

CLAUDINO FALQUETO

Irmão Falqueto é marista de Belo Horizonte e foi eleito presidente da CRB na 13ª Assembléia Geral da Conferência, que começou no dia 22 de julho e que teve a duração de nove dias.

A Assembléia contou com a participação de 600 superiores maiores religiosos de todo o País e aconteceu no Mosteiro de São Bento — RJ. Irmão Claudino foi diretor nacional na última gestão da conferência.

Presença: Quais foram os principais pontos tratados na assembléia da CRB?

A Assembléia da CRB foi um encontro nacional de Superiores maiores, isto é, superiores gerais e provinciais das Congregações religiosas. São umas setenta províncias no Brasil e tínhamos presentes na Assembléia umas 600 pessoas. A Assembléia se reúne a cada três anos para a eleição da nova diretoria e o estudo de um tema que esteja de acordo com as exigências e apelos do momento. Neste ano tivemos uma reflexão sobre o problema da autoridade e obediência na vida religiosa com três reflexões fundamentais: 1º) feita pelo padre João Batista Libânio sobre o discernimento na atual conjuntura da Igreja e com o subtítulo: a volta à grande disciplina (esse tema inclusive está tratado por ele num livro que acaba de sair na Editora Loyola).

2º) o Evangelho do poder-serviço. Os aspectos do serviço sobretudo no Evangelho — pelo Frei Clodovis Boff. 3º) da autoridade na Igreja. Formas históricas e eclesiológicas subjacentes. Elementos para uma hermenêutica cristã da autoridade feita pelo padre Carlos Palácio, da Sociedade de Jesus. Também tivemos dois painéis; um sobre discernimento e outro sobre o pobre como mediação para o exercício da autoridade. Tivemos a presença de D. Ivo Lorscheiter que deu uma panorâmica sobre a presença atual da Igreja no Brasil e também um dia de espiritualidade que foi dada pe-

lo Cardeal Pirônio. Estes foram os temas principais.

Das orientações tiradas nesta assembléia para o próximo triênio, quais acha mais importantes?

Como presidente da CRB, não posso dizer que uma seja mais importante que a outra porque para quem vai executar o pensamento e o desejo da Assembléia todas as prioridades devem ser igualmente importantes. Mas me parece que em todas elas corre um fio condutor que vem exatamente do tema abordado este ano: autoridade e a mediação do pobre; o pobre que é uma exigência, uma descoberta também da vida religiosa, uma presença na vida religiosa. A primeira prioridade refere-se exatamente à mediação do pobre. Diz que a CRB se empenhe para que a vida religiosa no Brasil nas suas formas de expressão, de presença e de ação na Igreja e na sociedade seja inspirada, organizada e dinamizada a partir da mediação do pobre. Então me parece que das prioridades essa é a que conduz todas as outras. O pobre como uma instância privilegiada da mediação da vontade de Deus para a vida religiosa hoje no Brasil.

Seguindo mesmo nessa própria colocação, poderia dizer um pouco como é que a Assembléia viu essa questão do pobre? Que pobre é esse do documento de conclusão?

O pobre é o pobre. Historicamente a vida religiosa vem descobrindo com a Igreja a presença maciça de um estrato social, de uma faixa da sociedade que está sofrendo as consequências do sistema, de todo o sistema de organização da sociedade e que está merecendo uma atenção particular da Igreja a ponto de que esta, em 79, em Puebla, fez uma opção preferencial pelos pobres. Quer dizer que a Igreja sente a necessidade de, a partir dessa descoberta, da realidade, colocar no

seu trabalho o pobre como sendo uma instância de mediação privilegiada da vontade de Deus; a Igreja tem de se preocupar com o pobre e o pobre tornar-se de certa forma também evangelizador para a Igreja. No pobre a Igreja encontra elementos de educação dela mesma, e a vida religiosa inserida na Igreja caminha par a par com a Igreja.

Irmão Claudino, como foi tratada na Assembléia a questão da teologia da libertação?

Poderia dizer que não foi tratada, inclusive, para grande admiração dos jornalistas na reportagem de hoje no JB, o termo teologia da libertação talvez não tenha aparecido em evidência durante a assembléia, se apareceu foi por acaso. O assunto não foi tratado pois o assunto era autoridade e obediência na vida religiosa. Afora apareceu se quiser, a teologia da libertação como um enfoque subjacente quando se diz que o clamor dos pobres está ali e que esse pobre tem que ser libertado na sua essência, não nos momentos libertários, de certa forma a teologia da libertação está ali. Ou seja, o compromisso do religioso, da vida religiosa com a libertação total da pessoa. Acho que isso é muito importante. Agora da teologia da libertação não se falou.

As assembléias funcionam como um aprendizado para os religiosos, não é? Confrontando as orientações do triênio passado com as tiradas nesta assembléia, houve algum grande salto, qualitativo? Pode dizer alguma coisa sobre isso?

Eu acredito que toda assembléia é um momento forte para a vida religiosa, para a reflexão e para detectar também o sinal dos tempos em vista da caminhada futura. Nesta Assembléia a vida religiosa ou os religiosos, se confrontaram mais com a autoridade e

obediência, quando, na Assembléia de 80 o enfoque tinha sido mais sobre a pobreza, os pobres, a inserção da vida religiosa nos meios populares, tema que naturalmente volta hoje. Repito mais uma vez: essa opção é que foi colocada, uma das prioridades não é? ou esses dizeres muito fortes de que a CRB ajude os religiosos a ouvir os clamores dos pobres que são a mediação privilegiada da obediência dos religiosos a Deus na atual situação histórica. Então, essa descoberta de que os pobres se constituem um lugar da presença e da vontade de Deus para os religiosos parece que atinge o âmago da vida religiosa, porque para o religioso não há nada de mais sério e importante do que a vontade de Deus. E se é ali que ele vai encontrar a vontade de Deus, tem que encontrar alguma forma intensa e particular de buscar essa inserção junto ao pobre de uma forma ou de outra para que essa vontade de Deus seja realizada na vida dele e na vida religiosa. Então, esse parece que é o ponto central, focal, da caminhada nesta última assembléia e acredito que não estamos no final de uma caminhada, mas no início; os próximos três anos deverão trazer uma maior reflexão sobre esse assunto e principalmente, atitudes que sejam coerentes com ele em termos de inserção, em termos de operacionalização, de viabilizar essa prioridade, em termos de prática pastoral.

Como a CRB está vendo as CEB's e como está vendo, a partir das orientações atuais, a articulação dos religiosos engajados na pastoral popular com os movimentos populares organizados na atual conjuntura do País.

A vida religiosa descobriu o seu lugar na igreja particular. Acho que uma das tendências mais generalizadas em toda América Latina foi essa: a de que os religiosos descobriram a importância de sua inserção na igreja particular. Nesse momento a vida religiosa também torna-se uma instância importante para a própria vida da igreja particular, então, a animação das CEB's também se faz muitas e muitas vezes a partir da presença ou com a presença dos religiosos; em muitos lugares então, perguntas sobre o que a vida religiosa pensa das comunidades de base são o mesmo que perguntar se ela está presente. A vida religiosa tem que estar presente. Quanto mais estamos caminhando

tanto mais a vida religiosa se está inserindo nos meios populares. Essa inserção se faz de mil maneiras: há religiosos que estão inseridos em movimentos sindicais, em movimentos populares, engajados, e isso eu diria a nível pessoal. A nível congregacional muito menos; não conheço nenhuma congregação que tenha feito opção por esse ou aquele movimento. Acho que não há nenhum instituto que tenha feito este tipo de engajamento e também não compete à CRB, como instituição, incentivar, apoiar ou aprovar os movimentos populares, mas sim ela deve ajudar na caminhada da vida religiosa dos religiosos engajados em movimentos, quer dizer como a CRB tem como finalidade a animação e promoção da vida religiosa, lá onde há um religioso ela se deve fazer presente para essa animação da vida religiosa. Ou seja, trazer elementos críticos de análise de realidade e também de inserção no meio onde os religiosos estão. Eu não vejo que a CRB como tal deva apoiar ou não os movimentos populares; como instituição não. Não, porque ela é representativa dos religiosos mas não tem poder jurídico sobre uma congregação, um instituto ou um religioso; ela apenas tem uma oferta de serviços de animação e promoção.

O senhor foi diretor na gestão passada, não? Lembra-se se houve algum conflito entre religiosos que atuavam junto à Pastoral Popular com os bispos locais? E ainda, como a atual diretoria pretende tratar essa questão?

Eu fui diretor da CRB nacional durante seis anos e talvez tenha havido, em certos momentos e em certos lugares, conflito devido ao engajamento de algum religioso nos movimentos de reivindicação, nos movimentos populares, nos movimentos de defesa dos Direitos Humanos. É possível que isso tenha acontecido assim, mas como disse teriam sido momentos. Eu não conheço conflitos duráveis, que perdurem no tempo. Há em certas regiões do País dificuldades de relacionamento por exemplo, na região do Araguaia, no norte nas regiões de conflito em que os pobres, os camponeses, os índios, são marginalizados, oprimidos, então há religiosos que tomam a defesa e podem não ser totalmente compreendidos. De fato, houve alguns momentos difíceis mas foram superados quase todos e acredito que

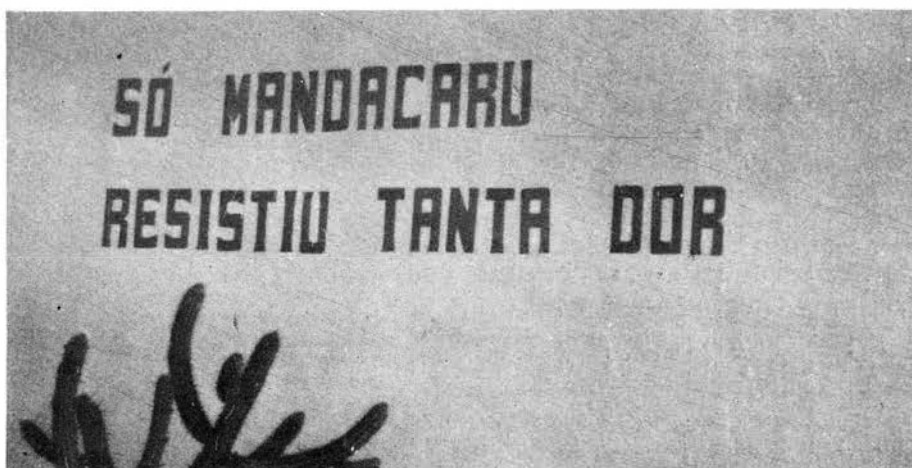
lá onde existem tensões, elas serão superadas e faremos tudo nesse sentido. Acho que os religiosos devem buscar a comunhão com as autoridades, os bispos, o entendimento, a fraternidade, e devem buscar aqueles pontos comuns que trazem a paz, a tranquilidade, e não a divisão.

O que pensa sobre o ecumenismo e como pensa tratar isso na próxima gestão?

Nós não temos na CRB uma instância particularmente voltada para o ecumenismo. A CNBB é que tem um organismo que trata disso e trata do relacionamento com as Igrejas irmãs. Sabemos de muitos religiosos ligados ao organismo da CNBB tratando desse assunto e me parece que o que eu dizia antes com respeito à relação com bispos e autoridades, devo com a mesma razão dizer em relação às Igrejas irmãs. Não há como a gente negar a necessidade de hoje em dia, com o caminhar que tem feito a Igreja, a vida religiosa e as Igrejas cristãs sobretudo, não há como negar, dizia, a necessidade de um entendimento sempre maior, uma comunhão sempre maior, a busca de pontos de convergência para que sempre mais a gente chegue a denominadores comuns que possam cada vez mais testemunhar essa unidade das Igrejas.

Estas eram as perguntas que pensamos fazer-lhe. Agora, desejaria dizer mais alguma coisa aos leitores de nossa Revista?

Parece-me que o essencial está dito. Aos leitores da Revista Presença eu diria que a vida religiosa tem tido nestes últimos anos um florescimento muito grande. As opções que a vida religiosa vem fazendo no nosso país e na América Latina são cada vez mais ligadas ao essencial da Vida Religiosa, ou seja, a esse compromisso com Deus numa missão voltada para o homem, principalmente para o homem mais necessitado. Que isso aconteça não só na vida religiosa, mas em todas as Igrejas, em todos os movimentos que se interessam de fato pela paz, pela unidade e pelo homem: o homem que está no centro de todas as nossas atenções, de todo o nosso trabalho, de toda a nossa missão de Igreja.



**Henrique Pereira Jr.
Doroti da Silva**

Esta frase pintada na parede, mandacarus plantados em vários vasos no palanque, faixas indicando os quatro encontros anteriores; eis o cenário montado para receber as quase quinhentas pessoas que participaram do Quinto Encontro Intereclesial das CEBs.

Na segunda, 4 de julho, o “Diário do Nordeste” de Fortaleza anunciando o evento falava de uma tendência do episcopado brasileiro que procurava colocar esses encontros dentro da dinâmica da CNBB, até agora realizados pelas bases. Poderíamos concluir que esse seria o último encontro intereclesial e o próximo, o primeiro encontro nacional das CEBs. Com o decorrer do encontro percebeu-se que havia fundamento na notícia, já que a mesma preocupação se fez presente em várias oportunidades pelos representantes de vários regionais.

Contudo essa possibilidade não se confirmou, prevalecendo o bom senso: a valorização da caminhada das CEBs — esa nova maneira de Ser Igreja —, que pela sua dinâmica, metodologia, conteúdo e prática, busca uma nova sociedade, da qual já são sementes por força dos seus valores evangélicos.

O QUE SE DEU EM CANINDÉ?

Não tínhamos mais os dezenove regionais do Quarto Encontro. Desta vez eram quatorze, de acordo com a divisão da CNBB. Cada regional tem direito a vinte representantes, sendo três agentes de pastoral e dezessete da base. Fazendo-se as contas, chega-se a duzentos e oitenta representantes dos regionais, sendo que a diferença destes para as quase quinhentas pessoas presentes foi preenchida por um ou outro regional, que não levou em conta o número de vagas; por trinta e três bispos, quinze assessores, um bom número de observadores, mais as equipes de serviços.

Henrique Pereira Júnior e Doroti da Silva são participantes do Programa de Assessoria do CEDI sobre CEB's e estiveram presentes no V Encontro Internacional das CEB's em Canindé.

A representatividade ficou diluída sem contudo perder seu aspecto popular, mantendo o colorido necessário para o encontro. Uma ausência sentida... os índios, os donos do Brasil não estavam lá!

Os trabalhos se iniciaram com um impasse, pois os regionais não viam claramente como poderiam expressar suas angústias e esperanças, preparadas desde as bases. Isso acabou acontecendo nos vinte e cinco grupos de trabalho onde os regionais se encontraram, nos plenários e momentos de palavra livre onde aflorou a vida do povo e o compromisso das CEBs.

CONTEÚDO DO ENCONTRO

Vida e reação do povo. Os problemas que daí apareceram, com maior destaque, foram a questão da terra, a seca, o desemprego, os grandes projetos governamentais e outros. Percebemos aí a maturidade dos representantes das CEBs que já não falam mais dos seus próprios problemas nem de problemas mais “significativos” para a luta para a nova sociedade, mas falam de problemas reais vividos pelos irmãos nos seus regionais e são fiéis à preparação realizada desde as bases. E nesse sentido este encontro pôde refletir o verdadeiro rosto das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil.

Uma dificuldade é relatar aqui as experiências de luta, tal a criatividade popular na busca de seus direitos. Fácil é notar que hoje a população brasileira marginalizada se está organizando na rua, no bairro, nas associações de moradores, nos sindicatos e partidos políticos. Os participantes do encontro mostraram uma consciência muito grande dos limites de cada organização, assim como têm clareza de que a Igreja não é a dona do movimento popular sindical, e que não tem um partido político, mas claro está que o cristão deve estar aí no meio da luta e que a Igreja, a partir das CEBs, deve colaborar, abrir espaço para que o povo se organize na busca de libertação, por uma sociedade justa, igualitária e fraterna.

POR QUE UMA NOVA SOCIEDADE?

A partir desta questão os grupos expressaram de modo unânime que a eclesialidade das CEBs se fundamenta na visão bíblica do homem e da sociedade que buscam: A fé no Deus de Jesus Cristo que é Pai, que quer todos os homens irmãos, vivendo fraternalmente na partilha de todos os bens da terra. Nas suas práticas descobrem que isso é impossível nesta sociedade “já podre” e que não suporta mais remendos. Por isso buscam a nova sociedade formada por todos os homens que buscam os mesmos ideais, que se congregam nos mais diversos credos. Essa utopia tem que ser construída desde já, e se faz perceber nas diferentes práticas comunitárias.

CEBs E SUPERAÇÃO DOS PROBLEMAS

Sentimos aqui neste trabalho que os grupos tiveram algumas dificuldades. As CEBs conhecem os problemas e os enfrentam na luta diária; descobrem a necessidade da construção de uma nova sociedade porque esta está podre, mas ainda não têm claro como isso se dará a partir dos problemas vividos pelo povo brasileiro. Creio que há aqui algo muito importante: Se de um lado está falando uma consciência do que vem a ser essa nova sociedade, os modelos, etc., de outro lado sobressai a própria metodologia das CEBs — a participação de todos na descoberta de novos passos e da construção de planos a médio e longo prazo. É verdade que não se pode cair num espontaneísmo de ir construindo para depois ver como fica, precisamos pensar concretamente num projeto político para a nova sociedade. É verdade que as CEBs são uma *nova* forma de ser Igreja, tão nova que têm enfrentado problemas até mesmo dentro da própria Igreja. Com isso vão percebendo as dificuldades que todo o povo terá para construir a nova sociedade — “aprendendo e ensinando uma nova canção”.

O ESPECÍFICO DAS CEBs

Se não fosse um encontro preparado pelas próprias CEBs, poder-se-ia pensar que estavam passando por verdadeiro teste de consciência eclesial. Aqui tudo se complicaria, pois os teólogos ainda discutem as relações CEBs e Movimento Popular, CEBs e Partidos Políticos. Organizar o povo, as Sociedades Amigos de Bairros, os Movimentos Populares, os Sindicatos, os Partidos e as instituições governamentais já o fazem. As CEBs pensam e fazem essas mesmas coisas, mas por não buscarem o poder para si — não é a Igreja que vai assumir o poder, mas o povo — elas dialogam com todos esses grupos e o fazem numa dimensão de fé, atualizando, na história, as experiências vividas nas primeiras comunidades cristãs. Têm também uma prática vivida hoje — de participação, de partilha — o que incomoda e ao mesmo tempo lhe dá a certeza de que é possível uma sociedade fraterna.

A CONVIVÊNCIA FRATERNA

Além de discutir em grupos e plenárias a Nova Sociedade, vista pela Nova Forma de ser Igreja, os participantes tiveram oportunidade de experimentar o que é viver numa

Henrique Pereira Júnior



Momentos importantes do plenário do V Encontro das Ceb's, no Canindé.

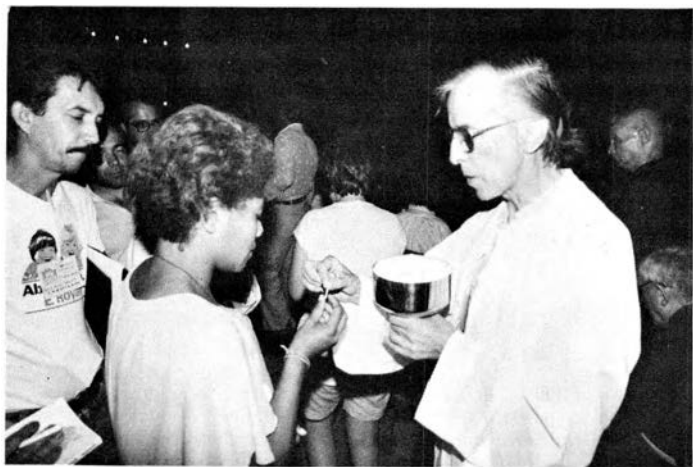
CEB. As tarefas foram distribuídas e cada regional teve seu dia de lavar pratos, limpar as mesas e o chão, ou ainda limpar banheiros, etc.

Nesses momentos a maioria dos regionais mostrou que na hora do “vamos ver” não pode haver diferenças. Na nova Igreja como na nova Sociedade há diferentes funções, mas hora de mutirão é hora de todo mundo botar a mão na massa. Bispos, Assessores, Agentes de Pastoral juntos com os representantes das bases no mutirão da limpeza ajudaram a criar momentos onde se esqueceram algumas rugas ainda existentes e normais nas fases de transição da Igreja e da Sociedade.

Outro momento importante foram os forrós à noite, quando quase todos caíram na brincadeira mostrando que a alegria é possível quando se caminha com a esperança da vitória. O povo é alegre, sabe se divertir e com isso cria laços de fraternidade.

A convivência não foi melhor porque os representantes dos regionais se alojaram num “Abrigo dos Romeiros”, um lugar para quatro mil redes e os bispos, assessores e observadores se alojaram no convento e no Hospital. Como o abrigo era distante um quilômetro do local do encontro dificultou maior aproximação de todos.

A população local teve várias oportunidades de participar mas o que mais marcou foram as duas noites quando bis-



D. Pedro Casaldáliga e a comunhão no V Encontro das CEBs.

pos, assessores e leigos do encontro falaram na basílica e na Missa de encerramento na quinta-feira à noite da qual aproximadamente sete mil pessoas participaram.

AS CELEBRAÇÕES

Costumam dizer que os encontros inter-ecclesiais são uma grande celebração popular que dura todos os dias do encontro. Mais que isso os encontros são um conjunto de celebrações populares.

Em Canindé isso se repetiu. As celebrações preparadas pelo pessoal da base foram um "show" de participação, no qual a vida real foi refletida e partilhada, a reconciliação e a comunhão tiveram pleno sentido, a força do Espírito Santo se fez presente, e um verdadeiro pentecostes aconteceu na vida das pessoas e das comunidades ali presentes. Essas celebrações serão vividas e revividas no intervalo deste até o próximo encontro. Destaque-se aqui a celebração de que participou D. Luciano M. Almeida por seus vinte e cinco anos de sacerdócio a partir da vida e dos sofrimentos das CEBs, dos posseiros e dos padres do Araguaia ainda presos. Também a oração de uma manhã, em que os participantes saíram em romaria pelas ruas da cidade e fizeram algumas paradas refletindo situações do Migrante, do Desemprego e Subemprego, dos Bóias-Frias, terminando diante da basílica, numa grande roda, na esperança de "Novos Céus e Nova Terra", onde não haverá mais Meno-

res Abandonados. Nesse momento uma criança de cinco meses e outra de cinco anos plantaram uma semente, que vinha sendo ofertada desde uma preparação local, como compromisso das CEBs com a Nova Sociedade. E todos terminaram essa Oração da Manhã dançando uma ciranda e cantando a música do Quinto Interecclesial. Destaca-se ainda a celebração final na Praça em frente à basílica. Ai, uma "Coroa" de sete mil pessoas foi colocada sobre o Quinto Encontro Interecclesial das CEBs e uma pomba liberta do cativeiro expressou o compromisso com a paz.

HÁ OUTROS IRMÃOS NESSA CAMINHADA

A presença de um assessor (Jether Pereira Ramalho) evangélico fez lembrar que há na busca de uma nova sociedade outros cristãos, outras Igrejas que estão comprometidas nessa luta. Na verdade quando as CEBs se comprometem com a luta do povo elas se comprometem com toda a população e aí se encontram com os outros irmãos vivendo a sua fé em Jesus Cristo, em outras Igrejas e de outras maneiras. Ficou uma pergunta no ar: Por que os nossos irmãos evangélicos, que estão conosco na luta, não puderam estar nessa grande festa, nessa grande celebração, plantando aí também um novo ecumenismo, o ecumenismo das Igrejas na Base, e mostrando que as CEBs também abrem perspectiva da unidade dos cristãos na busca da Nova Sociedade?

O TESTEMUNHO DOS BISPOS

Os Bispos presentes testemunharam a comunhão das CEBs e seus pastores, o que não significa a inexistência de conflitos com os pastores que estão contra essa caminhada das CEBs, a partir da dinâmica das bases. Por tudo que viram, viveram e sentiram testemunharam que "as CEBs são verdadeiramente um novo modo de ser Igreja, são Centros de Evangelização, instrumentos para a construção do Reino de Deus e agentes de libertação e desenvolvimento na busca da concretização das esperanças do povo".

CONTINUIDADE

O ambiente do encontro, a posição dos participantes, o testemunho dos Bispos, permitiu que não se concretizasse a preocupação do periódico cearense e de quase a maioria dos regionais, no que se referia ao atrelamento desses encontros à dinâmica da CNBB.

O Sexto Encontro Interecclesial das CEBs se realizará no início de 1986 em Goiânia com a certeza de que o apoio da CNBB virá no sentido de facilitar as próprias bases na retransmissão do encontro de Canindé e na preparação do encontro de Goiânia.

As pessoas que estiveram envolvidas diretamente na preparação do Quarto Encontro Interecclesial das CEBs em Itaici (1981) e do Quinto Encontro Interecclesial das CEBs em Canindé (1983) desde as bases até a equipe preparatória, entendem por que "SÓ MANDACARU RESISTIU TANTA DOR".

MENSAGEM DAS CEBs

Do III Encontro das CEBs do Estado de Santa Catarina, foi enviada uma mensagem subscrita por setecentas pessoas às CEBs da Nicarágua. Destacamos os seguintes trechos:

"... A caminhada de vocês como IGREJA POVO DE DEUS neste país tão duramente provado e, ao mesmo tempo, tão heróico, está abrindo muitas luzes para nós, bem como para todos os cristãos da América Latina, empenhados na construção de um novo tipo de sociedade."

"... Também nós estamos lutando e sentindo nas nossas comunidades as opressões da Velha Sociedade que são fortes obstáculos para nós cristãos que acreditamos na possibilidade da construção da fraternidade universal."

"Caros irmãos das CEBs nicaraguenses: em nossa caminhada vocês têm sido um forte estímulo. Por isso, continuem firmes vivendo o Evangelho do Senhor, unidos aos demais irmãos. Caminhem na certeza da presença libertadora de Jesus que nos fez ter esperanças de um dia podermos conquistar a Terra Prometida."

BILLY GRAHAM E AS ARMAS NUCLEARES

Recebemos da Conferência Internacional de Evangelistas Itinerantes (AMSTERDAN 83) uma mensagem que registra o pronunciamento do evangelista batista Billy Graham, mundialmente renomado, sobre os perigos de uma guerra nuclear. O Evangelista advertiu: "A situação é extremamente perigosa. Basta um engano, um erro, ou uma pequena nação que, em luta por sua sobrevivência, resolva lançar uma bomba. Isso pode determinar uma reação em cadeia, e em um minuto tudo pode explodir".

MORRE JOHN A. MACKAY

Aos 94 anos faleceu nos E.U.A. o Dr. John A. Mackay. Teólogo reformado e grande militante do movimento ecumênico, o Dr. Mackay foi um apaixonado pela cultura ibero-americana tendo desempenhado uma grande influência sobre o processo ecumênico latino-americano. Neste número apresentamos uma breve biografia desse grande lutador pela unidade dos cristãos.

CEDI PRESTA SOLIDARIEDADE

O CEDI comunicou à Church World Service (Serviço Nacional das Igrejas), entidade de ajuda intereclesialística do Conselho Nacional de Igrejas dos E.U.A., a situação de calamidade produzida pelas inundações do sul do País, solicitando à mesma alimentos e roupas para os flagelados. Também indicou o Pastor Regional da IECLB Meinhard Piske, para atuar como responsável local por essa ajuda.

NOTAS DO CEDI

Visitou o CEDI o Dr. Jürgen Stahn responsável para a América Latina de "Pão para o Mundo", instituição de ajuda intereclesialística e de promoção de projetos de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, da Igreja Evangélica Alemã. O Dr. Stahn tratou de questões de cooperação entre a "Pão para o Mundo" e o CEDI.

O CEDI fez-se presente no Encontro Nacional dos Estudantes Cristãos (ENEC) realizado no Instituto Metodista Bennet, no Rio de Janeiro, nos dias 20 a 24 de julho e que reuniu centenas de jovens estudantes de vários Estados do Brasil. O

Rev. Zwinglio Dias, nosso Secretário-Geral, fez palestra sobre o Movimento Ecumênico na América Latina. O Rev. José Bittencourt Filho, Coordenador do Escritório-Rio, compareceu como observador. Visitou o CEDI o Secretário para a América Latina da Federação Mundial de Estudantes Cristãos (FUMEC), solicitando o possível apoio do CEDI para um programa de formação de quadros a nível latino-americano, que sua organização implantaria nos próximos anos.

Enviamos ao Secretário Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Rev. Phillip Potter, o seguinte telegrama em nome do CEDI, por ocasião da abertura da Assembléia de Vancouver:

"Nossos gritos serão os vossos gritos.

Nossas paixões serão as vossas paixões.

Unimos nossos corpos aos vossos para a celebração comum ecumênica da vida. Nosso apoio nunca negado e sempre mantido até o sacrifício fica reafirmado agora quando milhares se reúnem e milhões se unem nessa proclamação que é bênção, grito de liberdade, canto de exaltação: 'Jesus Cristo, a Vida do Mundo'.

Com ele, nele, por ele, estamos juntos em oração pelo êxito da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas."

ESTRADA AMEAÇA OS ÍNDIOS JAVAÊ DE BOTO VELHO

O CEDI recebeu notícias quentes vindas da Ilha do Bananal, Estado de Goiás, no coração do Brasil. Os índios Javaê da aldeia de Boto Velho (município de Cristalândia) terão sua aldeia atravessada pela estrada BR-262, que corta as terras do Parque Indígena do Araguaia e do Parque Nacional do Araguaia (uma reserva ecológica do IBDF).

Há alguns meses atrás a diretoria do IBDF se demitiu em protesto pelo traçado da estrada que ameaça a ecologia e os índios da região. Os Javaê de Boto Velho (ou Barreira da Cruz) chegaram ao local na década de 40, vindos do interior da Ilha do Bananal. Resistiram às muitas tentativas da FUNAI de transferi-los do local e recentemente diversos habitantes desta aldeia retornaram dos postos para onde foram transferidos, decididos a ficar e ajudar os que ficaram na defesa do território, ameaçado por pescadores profissionais, fazendeiros e até pelo IBDF. A aldeia até 1980 era parte do PIA. Nesse ano os limites dos dois parques foram alterados de maneira que a aldeia de Macaúba ficasse dentro do Parque Indígena. No remanejamento dos limites, devido a um "cochilo" da FUNAI, a aldeia de Boto Velho ficou na área do IBDF. Com a construção da estrada que vai atravessar seu território, os Javaê querem que, de uma vez por todas, proceda-se à demarcação de suas terras e que a estrada passe a mil metros da aldeia (os engenheiros da SUDECO pretendiam um traçado que passava a apenas 500 metros). Além da demarcação e do recuo de 500 metros da estrada, os Javaê reclamam a total falta de assistência médica, escolar e de apoio na defesa do que é seu (a terra e o rio) por parte da FUNAI, que é a tutora dos índios no Brasil. Vamos dar uma mão aos Javaê de Boto Velho escrevendo ao presidente da FUNAI para que se proceda à demarcação da área, para que se mude o traçado da estrada e para que se dê assistência à turma do Boto Velho: Ilmo. Sr. Octávio Ferreira Lima Presidente da Fundação Nacional do Índio — FUNAI SIA Trecho 4 nº 750 70.000 — Brasília — DF

MODELOS BÍBLICOS DE PASTORAL

Júlio de Santa Ana

Julio de Santa Ana é teólogo metodista de origem uruguaia, trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas como diretor da Comissão de Participação das Igrejas no Desenvolvimento. Atualmente reside no Brasil, São Paulo, lecionando no Instituto Metodista de Ensino Superior. É secretário-executivo do CESEP e participa da Pastoral Protestante do CEDI.

Dentre os conceitos repetidos freqüentemente no pensamento latino-americano dos últimos quinze anos um é "Pastoral". Tal uso começou a se generalizar nos círculos católicos, no princípio da década de 60. Foi então que sob a influência de Emile Pin ou de François Houtart, se deu início à reflexão e discussão sobre a função da Igreja na sociedade, as suas estratégias e táticas para tornar conhecido o Evangelho. Durante os anos 60 foi que se passou a falar de "pastoral de conjunto", ou de "pastoral de elites", ou de "pastoral de massas" etc. O Concílio Vaticano II sublinhou a importância do conceito através de um de seus textos mais famosos: a declaração pastoral *Gaudium et Spes*, na qual se discute a função da Igreja no mundo moderno. A partir de então a reflexão sobre o tema adquiriu aspectos mais amplos: fala-se agora também de pastoral popular, pastoral latino-americana, pastoral operária, pastoral de periferias urbanas, pastoral indígena, pastoral de terra etc.

O termo tem, em todos os casos, um emprego claro e definido no contexto da prática eclesial da Igreja Católica Romana. O sentido do vocábulo refere-se à forma como a Igreja cumpre a sua missão, seja em termos gerais (pastoral de conjunto) como particulares (pastoral da terra, pastoral indígena, pastoral da juventude: quer dizer, referida a situações e/ou grupos sociais específicos). A pastoral, pois, no contexto do pensamento católico latino-americano, refere-se à ação coletiva do povo de Deus, da Igreja, cuja figura hierárquica é o bispo. A definição de uma linha pastoral no catolicismo, envolve, pelo menos, quatro elementos:

- a situação social, analisada através da perspectiva originária da prática do povo crente;
- a memória da fé;
- a comunidade eclesial;
- e a ordem do ministério que encontra o seu ponto mais alto hierárquico no episcopado.

Através da inter-relação dinâmica destes componentes, a Igreja (universal, nacional, ou particular) elabora as suas linhas de ação. Partindo de uma leitura dos sinais dos tempos, formulam-se planos de ação, estratégias e táticas, as quais tendem a tornar cada vez mais atual e funcional a ação do povo de Deus na história. Nesse sentido, toda "pastoral", pelo menos no Catolicismo, possui um elemento que se volta para o "aggiornamento": pretende que a Igreja esteja envolvida de maneira significativa (de acordo com o Evangelho e o magistério) na história que lhe compete viver. Dessa forma pretende superar possíveis anacronismos da vida eclesial.

Uma tal compreensão do termo "pastoral" não se encontra no Protestantismo. Falar de "pastoral", para o pensa-

mento das Igrejas oriundas da Reforma do Século XVI, tem representado especificamente uma referência à função do pastor. É isto que se depreende da análise dos currículos acadêmicos dos seminários protestantes os quais incluem em seus programas de estudo a disciplina chamada "Teologia Pastoral". Neste ponto, a diferença entre o pensamento católico e protestante é grande: o primeiro — o católico — aponta para a comunidade, enquanto que o segundo — o protestante —, para o indivíduo. O primeiro para um conjunto de ministérios, enquanto que o outro, para um carisma particular. Há, entretanto, um ponto que deve ser imediatamente esclarecido: os reformadores do século XVI jamais falaram de "pastoral"; quando muito, referiram-se ao ministério do pastor e à sua ordem própria. Está claro, que, no decorrer do tempo, produziu-se, no pensamento protestante, uma redução do conceito, que foi-se limitando à pessoa (ou à figura, caso se queira) do ministro ordenado. A centralidade deste ofício nas igrejas protestantes (clássicas, livres e/ou pentecostais) em muitos sentidos se atrita com o conceito do *sacerdócio universal dos crentes*, que é uma das maiores contribuições do pensamento teológico da Reforma ao desenvolvimento da Teologia.

Quando muito, no Protestantismo, somente aqueles que arriscaram uma aproximação mais global das questões da teologia prática é que foram também os que tentaram uma compreensão mais *eclesial* (aquela que procura levar em conta a assembléia dos fiéis) da função da Igreja. Nesse sentido a abordagem que fazem do assunto é menos *clerical*. Na América Latina, Emilio Castro procurou abrir caminho nessa direção com a série de conferências pronunciadas em São José da Costa Rica, em 1972 (2). Não obstante, ainda nessas conferências se pode observar a importância que possui a referência "pastoral" ao clero. Ainda que essa não tenha sido a intenção de Castro, o peso da figura do pastor (ministro ordenado para a pregação da Palavra, a administração dos sacramentos e a condução das atividades da congregação dos fiéis) condiciona claramente o seu conceito de pastoral.

No Brasil, atualmente, existem algumas tentativas de renovação e de reformulação da pastoral protestante. Entre elas, uma das mais significativas é o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), que tenta prestar serviço às Igrejas por meio do programa do Setor de "Pastoral Protestante", orientando ministros e leigos a fim de tornar mais claramente presente a realidade da Igreja na sociedade brasileira. Nessa linha também está o Centro Evangélico Brasileiro de Estudos Pastorais (CEBEP), o qual tem relações com o Centro Evangélico Latinoamericano de Estudios Pastorales (CELEP), localizado em Costa Rica em cujo esquema programático Emilio Castro fez a

contribuição anteriormente referida sobre o tema em consideração. No Brasil também, referindo-se à vida e missão da Igreja Metodista, o bispo Paulo Ayres Matos mostrou que nas congregações de sua denominação se podem observar três modos ou maneiras de ser: um de caráter conservador; outro de tipo neoconservador (de tendência carismática); e outro liberal-progressista (3). O bispo Ayres não falou nessa ocasião especificamente de “pastoral”, mas há quem, fundamentando-se nos termos dessa entrevista, use o termo para mencionar como é que a Igreja pretende cumprir a sua missão na sociedade de acordo com uma ou outra maneira.

Apesar destas indicações, parece existir — pelo menos no Brasil (noutros lugares da América Latina não se observa de maneira tão clara como neste país preocupação pelo assunto) — certa confusão entre os evangélicos quanto ao uso do conceito de pastoral. Ocasionalmente se diz: “A pastoral protestante está em crise”. Em contrapartida outros afirmam: “O problema da pastoral protestante é uma questão de linguagem”. Muito bem, tomando-se em conta o que previamente ficou indicado sobre a estreita relação que existe, no Protestantismo, entre o conceito de “pastoral” e o conteúdo clerical que se dá a esse termo, e procurando relacionar isso com algumas das afirmações que acabamos de citar, parece-nos evidente que o emprego do termo “pastoral” no Protestantismo não é unívoco. E não é claro, portanto. Pensamos que chegou o momento de reconhecer que a vida da Igreja não pode ser articulada somente em torno da função do pastor, do clérigo. Surge então a necessidade de atentar mais para o pensamento católico o qual enfatiza a dimensão coletiva, comunitária da ação pastoral, como um conjunto de atividades promovidas pelos diversos ministérios, que procuram harmonizar-se e complementar-se com vistas a proporcionar um testemunho mais integrado do Evangelho e do Reino de Deus no mundo. Tal concepção da Igreja não apenas é mais bíblica, senão que — e precisamente por isso mesmo — é mais de acordo com a doutrina do sacerdócio universal dos crentes tão intensamente afirmado pelos reformadores do século XVI. Ou seja, o conceito de pastoral não pode ser reduzido a um só ministério, a um só carisma: é algo que de alguma forma se relaciona com toda a vida e missão da comunidade dos que crêm.

Tomando por termo esta afirmação, a pergunta que se coloca é: Tem o Protestantismo (Igrejas Evangélicas) noção de pastoral? Pode ser que, na prática de algumas delas como observou o bispo Ayres, haja implícitas, certas linhas de ação pastoral especialmente no que diz respeito a estratégias e táticas evangelizantes orientadas para o crescimento numérico das Igrejas. Tal carência pode levar alguns a falar de “crise da pastoral protestante” entre as

Igrejas que menos crescem. Mas, como bem se sabe, *crise* supõe não só um juízo, como também oportunidade, situação na qual se tornam possíveis reformulações, novos caminhos. Donde entendermos que a situação pode ser considerada positiva.

Sendo assim, no contexto do Protestantismo, as propostas pastorais não podem ser executadas dando-se prioridade somente à formação social, à conjuntura na qual se encaixa a Igreja. A referência às Escrituras é também necessária e tão importante como a análise da realidade histórica e a partir da praxis eclesial. Nestas reflexões não vamos considerar a situação social atual, que merece uma análise muito mais profunda do que a que se pode fazer aqui. Vamos limitar à reflexão bíblica: no Novo Testamento existem pistas que nos ajudam a compreender de que maneira orientar a ação da Igreja na sociedade? Quais são as formulações teológicas que devem ser levadas em conta a fim de se atuar pastoralmente como povo de Deus?

Responder a estas perguntas, primeiramente, supõe o que é ser pastor, e em que níveis da realidade tem que se explicar a função do pastor segundo a Bíblia. Dito isto, chamamos a atenção para as limitações deste trabalho; só pretende tratar do assunto a partir do ponto de vista bíblico. Para dar conta do assunto, dever-se-ia dar atenção à situação, à vida eclesial, às propostas de orientação para o povo a que se quer servir em nome de Cristo. Portanto, este trabalho é bastante parcial: apenas prepara para novas etapas que necessariamente deverão ser abordadas adiante.

PASTOR/PASTORAL

Quando Jeová aceitou a oferta de Abel (Gn 4.3-5), teve olhos bons para o sacrifício do pastor, não para o do agricultor. Mais adiante, no relato do Pentateuco, o povo de Israel é escolhido dentre as nações da terra para dar testemunho da vontade de Deus às nações: é um povo nômade, pastoril, constituído de descendentes de pastores. Com o passar dos anos veio a cantar seu louvor a Jeová, exaltando-o e dizendo “O Senhor é meu pastor”. Esta concepção sobre o povo de Deus vai de ponta a ponta na Bíblia: no Novo Testamento, o autor da Carta aos Hebreus (Cap. 11), fala do rebanho de Deus como um povo peregrino.

Ser pastor em Israel é ser fiel à vocação do povo. Daí o fato de que os dirigentes da nação eram chamados de pastores: Jeremias, por exemplo, critica os maus pastores de Israel, culminando num discurso pelo qual foi fustigando a família real de Judá, os reis Joacás, Joaquim e Jeconias (Jr 21.11-23.2). Os dirigentes do povo foram chamados

para serem fiéis a Jeová: quando isso não acontece, então só Deus é o pastor: Ele reunirá o povo e de uma forma ou de outra cumprirá o seu desígnio histórico. A tarefa pastoral não tem somente uma dimensão teológica, como também política.

O mesmo transparece na mensagem de Ezequiel (cap. 34) onde se refere aos pastores de Israel como os dirigentes políticos, eles erraram porque:

“Não restaurastes o vigor das ovelhas abatidas, não curastes a que está doente, não tratastes a ferida da que sofreu fratura, não reconduzistes a desgarrada, não buscastes a perdida, antes dominais (vós, reis e dirigentes políticos de Israel) sobre elas com dureza e violência. Por falta de pastor, elas dispersaram-se e acabaram por servir de pasto para todos os animais do campo; e se dispersaram. O meu rebanho dispersou-se por todos os montes, por todos os outeiros elevados e por toda a superfície do país dispersou-se o meu rebanho. Não houve quem o procurasse ou quem fosse à sua procura. Suscitarei para elas um pastor que as apascentará, a saber, o meu servo Davi (o rei); ele as apascentará, ele lhes servirá de pastor. E eu, Iahweh, serei o seu Deus e meu servo Davi será príncipe entre elas...”

...e saberão que eu sou Iahweh, quando eu quebrar as varas do jugo e as libertar da mão dos que as subjugavam” (vv 4-6,26,27).

Este texto era lido na íntegra durante a celebração anual da dedicação do templo, o que, desde o retorno do exílio babilônico, tinha lugar no inverno, em Jerusalém. Nesse contexto (Jo 10.22) é que Jesus pronunciou o seu discurso declarando-se o bom pastor (Jo 10.1-18). Dessa maneira, Jesus, na prática, ocupa um espaço que é, ao mesmo tempo, teológico e político (4), porque afirma ser guia de *toda* o povo (Jo 10.16), seu propósito é que “haja um só rebanho e um só pastor”. Esse é o objetivo daquilo que, na linguagem dos evangelhos sinóticos, se chama o “Reino de Deus”, visão messiânica definitiva.

Em Jesus, pois, a função do pastor não é apenas religiosa: tem a ver com o propósito último de Deus, que, nas palavras do autor da Carta aos Efésios, significa “...em Cristo recapitular todas as coisas, as que estão nos céus e as que estão na terra” (Ef 1.10). É uma função cósmica e também histórica. Na linguagem da época, os seres “celestiais” (os que estão nos céus) são os poderes: do conhecimento, os políticos etc. O propósito de Cristo é englobar debaixo de sua soberania todas as esferas da existência: as pessoais, as sociais, as econômicas, as políticas, as culturais, assim como também as que têm a ver com a vida religiosa dos homens.

O pastoral, pois, no pensamento do Novo Testamento, se define a partir de Jesus. Hoje, a sua presença se faz pela ação do Espírito Santo (Jo 15.26,27; 16.12-15; o *Parakletós* que se evidencia na luta/missão do povo fiel) e é representada pela ação desse povo o qual constitui seu corpo (Rm 12.5; 1 Co 12.27).

Significa isso que tal relação entre o Espírito e o povo constitui hoje a realidade pastoral que precisa ser discernida e apontada. O pastoral, pois, visto que Cristo por seu Espírito está no corpo que é a Igreja, possui uma dimensão coletiva, comunitária. Não se limita a uma pessoa, a um carisma, a um só ministério. Contudo, nem por isso perde a sua função, a sua responsabilidade de *guiar*, de *cuidar*, de *conduzir*, de *abrir caminho* e *acompanhar* a *todas* as pessoas em sua marcha para o Reino. Já citadas anteriormente a Carta aos Hebreus (cap. 11), segundo a qual, aqueles que vivem pela fé vão cumprindo essa função na sociedade “em busca de uma pátria” (Hb 11.14). Quase todos os que são mencionados em tal passagem, pessoas referidas ao Antigo Testamento, foram pastores: Abel, Abraão, Moisés etc. O povo formou uma corrente histórica de peregrinos, de pastores. Daí que, para o nosso tempo, pensamos que o pastoral se manifesta nessa relação entre o Espírito (juntamente com o Pai e com o Filho, na Trindade) e o povo que dinamiza a história e abre novas pistas as quais apontam a presença do Reino de Deus em nosso mundo. O pastoral é caminhada, peregrinação, rejeição ao conformismo e ao *statu quo*, já que “esses homens, dos quais o mundo não era digno, tinham que caminhar pelos desertos e montanhas, e refugiar-se em cavernas” (11.38).

Definir o “pastoral” equivale a reconhecer que essa função da Igreja tem que concretizar-se em meio aos conflitos da sociedade; que a luta contra os poderes que se opõem a Cristo é inevitável:

“Considerai, pois, aquele que suportou tal contradição por parte dos pecadores, para não vos deixar fatigar pelo desânimo. Vós ainda não resististes até o sangue em vosso combate contra o pecado” (Hb 12.3,4).

Por isso, o pastoral deve reconhecer a sua relação com aqueles aspectos da vida humana onde há tensões, entre os quais são de suma importância os de caráter político. Ao povo seguidor de Jesus, aqueles que formam o seu movimento (eles eram no tempo da Igreja Primitiva conhecidos como os “do Caminho”) é que cabe cumprir a função pastoral.

Pois bem, quando vamos ao Novo Testamento, encontramos na vida das comunidades eclesiais daquele tempo, vá-

rios modelos de ação pastoral. Embora relacionados com os elementos de seu tempo, têm a sua base em realidades teológicas fundamentais. De maneira mais clara: têm a sua base em Deus mesmo, em Cristo (revelação de Deus), na Trindade (o ser de Deus), no Espírito Santo (o Espírito de Deus). Quer dizer, é possível encontrar aqui, como por toda a parte no resto da Bíblia, uma convergência fundamental. Se o binômio “Espírito-Povo” dá sentido à realidade pastoral, é porque hoje como ontem se proclama “Deus é meu pastor”. O ponto de partida da realidade pastoral está sempre em Deus. A questão que nos colocamos agora é: quais são esses modelos? A partir da resposta a essa pergunta, com a perspectiva que surge da prática eclesial e que procura entender os sinais de nosso tempo, se poderão definir linhas concretas de ação pastoral. Porém, como já dissemos, esta é uma tarefa para mais adiante. No momento, mantenhamo-nos no campo da reflexão bíblica.

O MODELO CRISTO-MÓRFICO: FORMANDO A CRISTO NA COMUNIDADE

Num dos textos mais antigos do Novo Testamento, Paulo, escrevendo aos Gálatas, exclamou: “...meus filhos, por quem eu sofro de novo as dores do parto, *até que Cristo seja formado em vós*” (Gl 4.19; ênfase minha). Assumir a forma de Cristo e segui-lo é uma insistência permanente de Paulo às Igrejas: da mesma forma, escrevendo aos Filipenses, recomenda ter os mesmos sentimentos que há em Cristo (Fp 2.5-11), insistindo, na mesma Carta, em que se deve chegar a ser semelhante a ele na morte: assim o encontraremos — queira Deus! — “na ressurreição dos mortos” (Fp 3.10).

Foi Dietrich Bonhoeffer que, em *Ética*, chamou a atenção para a necessidade de nos *conformarmos* com Cristo e em Cristo: “Não se trata, nas Escrituras, de conformação com o mundo por meio de planos e de programas, senão que, em toda conformação, trata-se somente da única forma, aquela que venceu o mundo, à maneira de Jesus Cristo” (5). Tal é a forma que se propõe à Igreja: chegar a ser o Corpo de Cristo. A questão que imediatamente surge é *como?* O próprio Bonhoeffer assinala que “Isto não tem lugar graças aos esforços de ‘se assemelhar a Jesus’, como nos acostumamos a explicar, mas graças ao fato de que a maneira de Jesus Cristo influi por si mesma em nós de tal modo que determina a nossa forma de acordo com a dele” (6). A outra pergunta aqui é: *qual é essa forma?* A resposta acha-se no texto paulino da Carta aos Filipenses (2.6-8):

“Ele tinha a condição divina, e não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo, e assumiu a condição de servo, toman-

do a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte, e morte de cruz!”

Para sermos mais claros, a forma de Cristo, em primeiro lugar, é a forma de um servidor, de um escravo, que se aha disponível para com o próximo. No relato do Evangelho de João tal coisa se concretizou quando Jesus lavou os pés dos discípulos e, depois, morreu na cruz em benefício de toda a criação de Deus (Jo 13.2-17, esp.). Vale a pena repetir aqui as palavras-chaves:

“Se, portanto, eu, o Mestre e o Senhor, vos lavei os pés, também deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais. Em verdade, em verdade vos digo: o servo não é maior do que o seu senhor, nem o enviado maior do que quem o enviou. Se compreenderdes isto e o praticardes, felizes sereis” (vv. 14-17).

O sentido desta praxis é indicado de outra forma — em tudo convergente com o significado da ação de Jesus ao lavar os pés dos discípulos — na perícope (Mt 25.31-46), em que se expõe o ensinamento de Jesus sobre o julgamento final: o Juiz separará os escolhidos dos não escolhidos de seu Reino segundo o critério pelo qual foi reconhecido entre os necessitados, miseráveis, oprimidos e marginalizados deste mundo. A dialética destes textos é inesgotável; por um lado Jesus assume a forma de servo para servir, ao mesmo tempo, porém, nessa identificação com os menores, com os debaixo, quando servimos a eles, é a Jesus que estamos servindo. Pode ser que nem estejamos conscientes do que fazemos, isso não importa, o Cristo servidor serve ao mesmo Cristo que sofre no meio dos pobres e oprimidos da terra.

Uma pastoral que se procure ajustar a Cristo, fazê-lo visível entre homens e mulheres de nosso tempo, não se preocupa com o êxito antes com a fidelidade à pessoa aquele no qual Deus se encarnou e morreu na cruz, para logo depois ressuscitar. Tal fidelidade — *sequela Christi* — é a exigência do discipulado. Não se limita, porém, ao crente como indivíduo, mas é uma exigência para a maneira de ser Igreja, para a função desta na sociedade. Tornando a citar Bonhoeffer:

“Portanto a conformação significa primeiramente a conformação de Jesus Cristo com a sua Igreja. É a figura mesma de Jesus Cristo que assume forma nesse momento. O Novo Testamento chama a Igreja de Corpo de Cristo como uma indicação profunda e clara. O corpo é a forma. Desta maneira a Igreja não é uma comunidade religiosa que adora a Jesus Cristo, muito mais é Cristo que nela tomou forma entre os homens. Logo a Igreja pode cha-

mar-se corpo de Cristo, porque no Corpo de Cristo o homem e, por conseguinte, todos os homens foram acolhidos. (...) A Igreja não é mais um fragmento da humanidade no qual Cristo realmente tomou forma. Trata-se plena e absolutamente da imagem de Jesus Cristo e não de outra ao lado dele. A Igreja é o ser humano encarnado, declarado, despertado para a nova vida em Cristo. Ela não tem a ver primeiramente e de maneira essencial em absoluto com as chamadas funções religiosas do ser humano, antes tem a ver com o homem total e sua existência no mundo em todas as suas relações” (7).

A partir destas afirmações, e tendo em vista especialmente os textos bíblicos que lhes dão apoio, é fácil compreender algumas conseqüências para dar sentido à função da Igreja na sociedade. *Em primeiro lugar*, opção pela vida, e combate contra as forças desumanizantes que matam. A resistência aos poderes do mal não é somente um elemento político, é uma exigência teológica. *Em segundo lugar*, porque não há excluídos no Corpo de Cristo, a opção pela vida, antes de mais nada, é a opção pelos pobres os quais de um modo geral são excluídos dos programas e planos impostos pela ordem dominante no mundo. A definição da pastoral como a peregrinação da Igreja é pela justiça do Reino, segundo a qual os pobres são felizes porque o herdarão (Lc 6.20,21). *Em terceiro lugar*, tal coisa exige levar em conta as esperanças de mudança social que se expressem na prática dos pobres, são elas que apontam as mediações históricas através das quais se observa a presença do Reino entre nós.

O MODELO TRINITÁRIO: A COMUNIDADE DE MINISTÉRIOS

No pensamento teológico cristão oriental sempre se enfatizou a necessidade de compreender a doutrina de Deus como a que se refere ao *mistério* do infinito e supremo amor. A doutrina da Trindade foi o modo pelo qual se traduziu tal convicção não apenas no Oriente como também no Ocidente. Um só Deus em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo. O pensamento teológico dos Pais latinos, especialmente Agostinho, afirma as três pessoas — ainda que unidas — como claramente distintas. Onde o fato de que, os teólogos do Oriente, para os quais a compreensão da pessoa de Deus supera a todo o entendimento humano, eles tenham insistido na necessidade de perceber o Deus da Trindade como o mistério do amor, do vínculo profundo e indissolúvel entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo. No pensamento da Reforma se reafirmou essa indissolubilidade do ser de Deus, que é Um em três pessoas ao mesmo tempo. No presente século foi Karl Barth, o grande teólo-

go reformado, quem ajudou a entender os pontos entre estas afirmações teológicas:

“Entendemos como doutrina trinitária o ensino da Igreja sobre a unidade de Deus em suas três maneiras de ser do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Tudo o que temos dito e venhamos a dizer, entretanto, sobre este assunto leva-nos a afirmar e a insistir simplesmente sobre a unidade na triplicidade, e a triplicidade na unidade de Deus. Ora, esta doutrina não está explícita nos documentos (Antigo e Novo Testamentos) do testemunho bíblico da revelação. Nem mesmo procede ela das situações históricas a que se referem os ditos textos. Deriva de uma exegese desses textos, elaborada no mesmo idioma e portanto debaixo da influência de uma situação ulterior. É uma doutrina da Igreja, um teologúmeno, em suma: um dogma” (8).

Por que esta citação sobre a Trindade, quando estamos refletindo sobre a pastoral? Simplesmente porque, segundo afirma Barth, o ser de Deus é *uma* relação de amor entre *três* pessoas. É um mistério de vinculação profunda entre o Pai, o Filho, o Espírito Santo numa existência singular que se define como amor inesgotável e intensíssimo. Sendo assim, para quem procura analisar a vida de algumas comunidades neotestamentárias e a função que exerciam na sociedade de seu tempo, este dogma (não definido ainda, mas em vias de formação) foi como uma referência, como um modelo de ação, modelo de ser Igreja no mundo: a vinculação indissolúvel entre o Pai, o Filho e o Espírito Santo, sem qualquer ordem de importância, porque a única coisa importante é a relação de amor entre essas três maneiras de ser de Deus, essa é também a que deve existir na comunidade de ministérios que compõem a Igreja. Tal foi a mensagem de Paulo em diversas ocasiões: aos romanos, aos coríntios etc. A comunidade cristã, a assembléia eclesial somente reconhece a hierarquia de Cristo. No plano de sua função na sociedade, nenhuma parte há da qual se possa prescindir (1 Co 12.17-21); logo a seguir, Paulo acrescenta a esse texto:

“Pelo contrário, os membros do corpo que parecem mais fracos, são os mais necessários, e aqueles que parecem menos dignos de honra, são os que cercamos de maior honra, e nossos membros que são menos decentes, nós os tratamos com mais decência; os que são decentes não precisam de tais cuidados. Mas Deus dispôs o corpo de modo a conceder maior honra ao que é menos nobre, a fim de que não haja divisão no corpo, mas os membros tenham igual solicitude uns com os outros. Se um membro sofre, todos os membros compartilham o seu sofrimento; se um membro é honrado, todos os membros compartilham a sua alegria” (1 Co 12.22-26. Grifos meus).

Esta concepção paulina de Igreja como uma comunidade de ministérios particulares, entrelaçados e ligados entre si, uns imprescindíveis para outros, além de lembrar a imagem do corpo de Cristo, faz também alusão ao mistério do Deus Trindade. Há aqui uma convergência clara com a afirmação de Pedro, o qual (1 Pe 2.9s) compara a Igreja, primeiramente com um Templo espiritual construído sobre a pedra angular — Jesus Cristo —, com *pedras vivas*, os crentes. Estes também são chamados “a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou”. A doutrina das Igrejas que surgiram da Reforma do séc. XVI que proclama o sacerdócio universal dos crentes se relaciona com uma concepção da Igreja como uma *comunidade de ministérios*, a qual varia segundo as situações e os desafios que elas enfrentam. Ministérios que são dons (carismata) do Espírito Santo, concedidos aos crentes a partir da igualdade entre eles por meio de um profundo vínculo de amor.

Estamos aqui nos extremos opostos do clericalismo que se manifesta na centralidade e no predomínio do ofício pastoral, o qual reduz a comunidade de ministérios da assembléia eclesiástica a uma repetição do pastorado ou — quando muito — a transformar os leigos em assistentes do pastor. Tal clericalismo não aparece na Bíblia. Entre os dons deve haver complementação, a fim de que se manifeste Cristo que é revelação do Deus Triúno. Assim como está no texto da Carta aos Efésios,

“E ele (Cristo) é que concedeu a uns ser apóstolos, outros profetas, outros evangelistas, outros pastores e mestres, para aperfeiçoar os santos em vista do ministério, para a edificação do Corpo de Cristo, até que alcancemos todos nós a unidade da fé e do pleno conhecimento do Filho de Deus, o estado do Homem Perfeito, a medida da estatura da plenitude de Cristo. Assim, não seremos mais crianças, joguetes das ondas, agitadas por todo o vento de doutrina, presos pela artimanha dos homens e da sua astúcia que nos induz ao erro. Mas, seguindo a verdade em amor, crescemos em tudo em direção àquele que é a Cabeça, Cristo, cujo Corpo, em sua inteireza, bem ajustado e unido por meio de toda junta e ligadura, com a operação harmoniosa de cada uma das suas partes, realiza o seu crescimento para a sua própria edificação no amor.” (4.11-16. Grifos meus).

A figura da Trindade, tal como foi entendida especialmente pelos Pais Orientais, surge como outro modelo bíblico de pastoral. Isto exige uma retificação não apenas do lugar do pastor/clérigo na vida da congregação, como também de seu papel. Já não pode ser o hierarca na assembléia

eclesiástica, controlando a dita administração, distribuindo o ensinamento da verdade, quase monopolizando a compreensão da Palavra. Aparece a exigência de se abrir para a diversidade de ministérios e para a participação deles na vida da congregação. Formas mais democráticas que envolvam uma relação mais ativa na vida da Igreja se fazem imperativas. Isto pode inclusive — *hic et nunc* — redundar numa resposta adequada ao tipo de democracia limitada e controlada que se pretende impor a nossas sociedades. Embora modesta, dessa forma, seria uma expressão que abre novos caminhos, de acordo com o que cabe à função pastoral que pretende chegar à plenitude de Cristo, plenitude de Deus.

A PASTORAL DE ANIMAÇÃO

Este modelo também pode ser caracterizado pelo seu relacionamento com a ação do Espírito Santo. É o fato da organização da comunidade que se expressa no cumprimento da missão tal como acontece no Livro dos Atos. Neste contexto, cada passo significativo que as Igrejas dão, a partir do evento de Pentecostes para a frente, é resultante da ação do Espírito Santo. Paulo, um dos personagens mais atuantes de todo esse processo, tentou resumir o significado dele na Carta aos Romanos. Segundo essa percepção, a ação do Espírito Santo não pode ser desvinculada dos acontecimentos históricos. Os mais agônicos, mais tensos, mais conflitivos se assim se quer significar, representam a ação do Espírito de Deus, o qual chama e anima a Igreja a se não acomodar aos esquemas deste mundo. Deve-se atentar para o fato de que tal compreensão da obra do Espírito Santo ocorre também nos primeiros capítulos do Livro do Apocalipse que corresponde a um período de grandes conflitos entre a Igreja e a ordem imposta pelo Império Romano. Então, as autoridades do Império perseguiram e aterrorizavam os cristãos. O conflito, entendido teologicamente, existe entre o Espírito (o qual nos apela a sermos livres — Gl 5.13-26) e a ordem do mundo com sua lei da morte (Rm 6-7).

No desenvolvimento do pensamento cristão, Joachim de Fiore foi quem percebeu com clareza essa dialética teológica (9). O Pe. José Comblin, dentre os teólogos católicos, contemporaneamente, tentou comunicar de maneira brilhante, alguns pensamentos nessa mesma linha (10). No meu entender, a principal base bíblica para tais pensamentos se encontra no Evangelho de João (caps. 13-17) no discurso em que Jesus se despede dos discípulos e, particularmente, nas menções de Jesus ao *Parakletós*, o Espírito de Verdade. Infelizmente nem sempre a tradução deste vocábulo tem sido correta. Como se tem feito, de forma

alguma se pode traduzir para as línguas modernas como "Consolador". O termo se traduz literalmente como "O Defensor" (figura do fórum: o advogado que briga por nós). Sem dúvida, quando analisamos as passagens desse discurso em que se menciona o *Parakletós* (Jo 14.15-17; 25,26; 15.18-27; 16.12-15), se observa que o Espírito virá para *animar* a comunidade dos discípulos nas lutas que irão acontecer no mundo por causa da fé. No decorrer do discurso, Jesus fala sobre o ódio do mundo para com seus amigos e discípulos, o que não passa de uma expressão renovada do ódio do mundo para com a pessoa de Jesus. Esse ódio, implacável até levar à morte, pode gerar condições que levem os discípulos a perder a coragem na marcha em direção ao Reino: é uma luta não somente contra eles, mas contra Deus. Aí e então se fará presente o *Parakletós*, animando a luta, injetando coragem quando parece que não há mais fé para prosseguir:

"Quem me odeia, odeia também meu Pai. Se eu não tivesse feito entre eles as obras que nenhum outro fez, não seriam culpados de pecado; mas eles viram e nos odeiam, a mim e ao Pai. Mas, é para que se cumpra a palavra escrita na sua Lei: 'Odiaram-me sem motivo'. Quando vier o Parakletós, que vos enviarei de junto do Pai, o Espírito da Verdade, que vem do Pai, ele dará testemunho de mim. E vós também dareis testemunho, porque estais comigo desde o começo" (Jo 15.23-27).

A experiência do *Parakletós* pode ser comparada à de um *animador* de um grupo que se organiza para conseguir um certo objetivo. É como um treinador que anima os seus a fim de que se mantenham na luta com entusiasmo, sempre que os membros da equipe baixam de produção. A experiência do Espírito Santo se concretiza na missão, na luta contra aqueles que odeiam a Jesus, ao Pai e à comunidade que caminha para o Reino prometido. A referida compreensão da ação do Espírito vivida no meio das agônias e conflitos de nossas sociedades, em meio às lutas por uma vida mais humana, por uma nova realidade, está clara no pensamento de Paulo, especialmente na Carta aos Romanos (cap. 8): os cristãos receberam o Espírito e isso os conduz na sua peregrinação rumo ao Reino. Na caminhada, há que enfrentar a carne, esse lado da realidade que se ajusta à morte e à sua lei, a qual impõe tal sorte. A luta é entre carne (*Sarx*) e Espírito (*Pneuma*). *Sarx* não é o corpo, é a realidade da morte. Experimentar o Espírito, viver no Espírito, receber a força que renova a criação, não é uma experiência calma, tranqüila, antes se produz no meio das convulsões que agitam a história. Enfrentando poderes imensos, a comunidade às vezes perde suas forças: então manifesta a sua fraqueza, a sua debilidade, o seu desânimo. Então,

"Assim também o Espírito socorre a nossa fraqueza. Pois não sabemos o que pedir como convém; mas o próprio Espírito intercede por nós com gemidos inefáveis, e aquele que perscruta os corações sabe qual o desejo do Espírito; pois é segundo Deus que ele intercede pelos santos" (Rm 8.26,27).

A pastoral de animação é *espiritualidade na luta*: não permite fugir ao mundo, sair da luta, antes estar presentes em nome de Cristo no centro mesmo dos fatos. Com as opções do Evangelho: pelo Reino, pela justiça, pelos pobres e oprimidos, pela libertação, pelos direitos dos marginalizados, pela vida e contra a morte.

CONCLUSÃO

Como ficou dito anteriormente, a exposição sobre estes modelos bíblicos de pastoral, os quais não se excluem mas relacionam-se intimamente uns com outros, não passa de uma referência a uma tarefa mais ampla com vistas a lançar mais clareza sobre a questão da pastoral protestante. Deve também incluir a consideração de uma prática eclesial evangélica, a partir da qual deva analisar-se a realidade em termos concretos. Sobre os resultados da análise da realidade, a *comunidade* tem que formular opções tendo em vista também os dados da memória bíblica, como os que acabamos de expor. Embora não absolutamente normativos, eles têm a importância característica das grandes referências orientadoras.

NOTAS

- (1) Cf., entre a extensa literatura sobre este assunto, o livro de Juan Luis Segundo: *Motivos Ocultos de la Pastoral Latinoamericana*, Buenos Aires, Ed. Búsqueda; 1973.
- (2) Cf. Emilio Castro: *Hacia una Pastoral Latinoamericana*, San José, Costa Rica; Ed. CELEP; 1972.
- (3) Entrevista com Paulo Ayres. In *Presença* nº 177. Setembro-Outubro de 1982.
- (4) Paul Lehmann: *Ethics in a Christian Context*, pp. 74-101. New York & Evanston, Harper & Row Publishers; 1963.
- (5) Dietrich Bonhoeffer: *Ética*, p. 55. Barcelona, Ed. Estela; 1968.
- (6) Id. et Ibid.
- (7) Id., p. 57.
- (8) Karl Barth: *Dogmatique*. Premier Volume, Tome Premier, p. 76. Genève, Ed. Labor et Fides; 1953.
- (9) Joachim de Fiore: *Los Cuatro Evangelios*.
- (10) Joseph Comblin: *O Tempo da Ação: Ensaio sobre o Espírito e a História*. Petrópolis, Ed. Vozes; 1982.

A “FERRAMENTA MARXISTA” E A FERRUGEM DO TEMPO

Rubem César Fernandes

Num momento em que o marxismo, enquanto teoria e método de explicação da vida social, enfrenta sérios questionamentos, em boa parte estimulados pela crise que vivem as chamadas sociedades socialistas, setores das Igrejas do Terceiro Mundo defendem sua adoção como “instrumento de análise”, a “ferramenta marxista”, não vendo nisso contradição com o cristianismo. Se, por um lado, isso significa o abandono de um preconceito incabível, alimentado pela guerra fria e pela política de blocos, de que tudo o que viesse do marxismo era obra do demônio, por outro lado, Rubem César mostra como a incorporação dessa “ferramenta” deve ser feita com a consciência de seus limites e espírito científico, problematizando sempre, de modo a se evitar que a “ferramenta” vire “talismã”.

*“entre cristianismo y revolución
no hay contradicción!”*

O refrão cantado pelos cristãos sandinistas expressa uma novidade histórica. O antagonismo secular foi rompido e deu vez a processos que antes pareciam fora de cogitação. A igreja de formação medieval, que tanto resistiu à “modernidade”, tornou-se campeã dos “direitos humanos”, assimilou noções de “uma história que caminha” para dias melhores, e chegou mesmo a incorporar movimentos que lutam por uma revolução socialista.

Tudo isso não se deu sem problemas, e as consequências de largo prazo permanecem ainda indefinidas, sendo objeto de disputas em muitos planos da vida eclesial. Uma das questões em debate versa sobre a possibilidade de conciliar o marxismo com a fé cristã. Há os que dizem sim, e os que dizem não, prova suficiente de que *sim*, é possível fazer essa conciliação, mas *não* sem problemas. Melhor então indagar sobre o *como* da questão, sobre como a combinação é feita, que dificuldades cria e como as partes lidam com elas.

Vou aqui discutir apenas um aspecto dentre os vários que causam polêmica, qual seja uma imagem recorrente no discurso dos teólogos que defendem, na América Latina, a assimilação das idéias de Marx.

Refiro-me à caracterização do marxismo como “um instrumento de análise da realidade”, algo como “uma ferramenta da fé”. Entende-se que, uma vez limitado à dimensão instrumental, o marxismo torna-se compatível com as razões últimas da religião cristã. Evidentemente, pode ser assim, mas que problemas são gerados por esta solução?

FERRAMENTA OU TALISMÃ?

Se é “instrumento”, deve ser *medida*, limites, um cabo e um rabo, por assim dizer. Em outras palavras, deve servir para fazer certas coisas e não servir para outras. De fato, é isto que ocorre na prática, e para confirmá-lo, menciono em seguida alguns “objetos” que não se prestam ao manuseio pela “ferramenta marxista”. Limito-me a exemplos de interesse para as pastorais populares.

As sociedades indígenas, sem classes, Estado ou mercadorias, sem uma separação clara entre instituições ideológicas e econômicas, são resistentes ao instrumental marxista. Para começar a entendê-las, é indispensável recorrer à antropologia inglesa, com Malinowski, Evans-Pritchard etc.; ou à escola sociológica francesa, de Durkheim e Mauss a Levi-Strauss; e também aos norte-americanos, de Boas no início do século, a outros, como Clifford Geertz, nos dias de hoje.

O campesinato, classe formada de pequenos proprietários que empregam a mão-de-obra familiar, encaixa-se mal na oposição “capital/trabalho”, que como se sabe é uma chave analítica central no marxismo.

A rigor, não são “burgueses”, posto que vivem do seu trabalho, mas tampouco são “proletários”, pois que possuem e dirigem a propriedade na qual trabalham. Essa ambigüidade classificatória (segundo os moldes marxistas) valeu-lhes terríveis desmandos no socialismo soviético, oscilando inicialmente entre favores e perseguições, e acabando por sofrer uma liquidação em massa. Ainda hoje, nos países do Leste Europeu onde sobreviveram, os camponeses reivindicam a duras penas o *status* de “trabalhadores”, o qual lhes é recusado a menos que sejam funcionários das fazendas coletivas. O campesinato recuperou uma imagem positiva em meios marxistas nas últimas décadas, em função das revoluções no Terceiro Mundo, mas ainda formam um “objeto” notoriamente problemático. Seu estudo, diante de tais percalços, necessita incorporar outras tradições teóricas e políticas, como por exemplo, na própria Rússia, a dos *narodniki*, os chamados “populistas russos”. Estes últimos desenvolveram o seu pensamento em polê-

mica com o marxismo, buscando distinguir a especificidade do modo de vida camponês, ao invés de pensá-lo segundo os moldes do mundo urbano.

As minorias étnicas e as nacionalidades pareciam destinadas a desaparecer, segundo Marx e Engels, mas ao contrário cresceram em vitalidade e significação no século XX, inclusive nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a União Soviética.

São fator crucial, ainda que semi-escondido, em todas as revoluções socialistas, e no entanto continuam a ser mal tratadas pela literatura marxista. A dificuldade aqui consiste no fato de formarem vínculos de solidariedade exclusivista no interior das classes e/ou entre classes, gerando conflitos e alianças que muitas vezes não coincidem com a oposição capital/trabalho, nem podem a ela ser reduzidos sem violência teórica, simbólica e física. Quem se interessa pela questão das “minorias” necessita consultar toda uma outra literatura, onde a existência de múltiplas identidades sociais é devidamente reconhecida.

A burocracia é outro “objeto” que escapa ao instrumental marxista, uma vez que se apresenta em todos os níveis da sociedade moderna, atravessando-a verticalmente. Está nas associações voluntárias, nos sindicatos, nas empresas (qualquer que seja o regime de propriedade), nos partidos (qualquer que seja a ideologia), nas igrejas (qualquer que seja a confissão), no Estado (qualquer que seja a forma de governo). Para entender melhor de burocracia, não há dúvida, é preciso ler Max Weber.

Relações interpessoais e o “mundo interior” da subjetividade não têm lugar adequado em um sistema de pensamento rigorosamente montado sobre representações (símbolos e organizações) coletivas. É nesse plano que as religiões populares continuam a proliferar, apesar das previsões em contrário, e que outros “instrumentais”, como o da psicanálise entre as classes médias, ganham espaço.

As revoluções socialistas, por estranho que pareça, formam talvez o campo em que a literatura marxista seja mais carente. Disse muito sobre como chegar até elas, mas diz quase nada de revelador sobre os seus conflitos internos. As exigências da apologética reduziram o discurso marxista sobre o socialismo ao plano das disputas entre ortodoxias e heresias, revivendo um modo de lidar com divergências que é anterior ao surgimento das ciências modernas. Na ausência de uma história ou sociologia que ilumine os problemas dos países socialistas à luz dos seus próprios teóricos, é indispensável utilizar especialistas universitários norte-americanos e europeus ocidentais, bem como uma variada gama de “dissidentes”.

Outros exemplos caberiam nessa lista, mas os mencionados bastam para ilustrar dois pontos que desejo ressaltar:

1. *Esse estado de coisas é absolutamente normal nas ciências sociais.*

Uma teoria capaz de dar conta de todos os objetos possíveis não faz sentido para os meios científicos. Cada “ismo” que se estabelece define e explora uma certa problemática, e sua riqueza explicativa (que, sem dúvida, é gran-

de no marxismo) está justamente vinculada a essa limitação, implicando o esclarecimento de certas questões em detrimento de outras. Cada teoria encontra os seus limites em outras teorias que são fortes lá onde ela é fraca.

Nesse sentido, toda teoria científica tem um valor relativo, devendo coexistir com outras proposições. Por isso fala-se em “hipóteses”, exige-se rigor na *delimitação* do “objeto” de análise (esclarecendo não só o que está dentro como também o que está fora de cogitação), cobram-se evidências publicamente controláveis, e assim por diante.

Há quem derive dessas características a tese de uma “neutralidade” ou de uma “objetividade” da ciência. Não é isto que quero dizer. Refiro-me ao fato de que a “ciência” é composta de um conjunto de teorias divergentes e, em seu meio, igualmente legítimas, que disputam entre si inclusive pela definição (delimitação) dos fenômenos que vale a pena estudar. Cada uma dessas teorias é parcial, em algum sentido partisan, implica certas atitudes e orienta a prática extra-científica em uma direção determinada. Mas nenhuma delas esgota a totalidade das relações significativas, devendo confrontar-se com outras perspectivas de entendimento.

Em outras palavras, “a ciência” não existe no singular, pois que é o nome que se dá a um conjunto de proposições contraditórias. Ela nada apresenta de substantivo que seja pacífico, e os cientistas, como é notório, são capazes de discordar praticamente sobre tudo que conseguem pensar.

Assim, a ciência não é definida pelo conteúdo do que diz (a rigor, “ela” nada diz), mas pela maneira de lidar com as divergências acerca do que é dito em seu nome. A ciência é uma forma de comunicação, e nela a relatividade de cada tese é não apenas um fato como também uma norma. Aí está a sua força e a sua fraqueza, o seu valor e a sua limitação.

2. *Não é assim que pretende o marxismo*, ao menos nas versões que vieram a dominar o seu discurso. Essas aplicaram os modelos da luta política (e revolucionária) ao campo das idéias, dividindo-o em lados antagônicos, como se também aí o momento da verdade anunciasse uma guerra civil. Nos anos de Stálin, essa noção (pretensão) foi explicitada com todas as letras, dividindo as ciências entre “burguesas e proletárias”, as primeiras falsas e retrógradas, as segundas verdadeiras e progressistas. Não apenas a história e a sociologia, como a física, a biologia, e até mesmo a lógica foram assim divididas, provocando resultados catastróficos para todos os envolvidos.

Com o stalinismo chegou-se aos limites de uma idéia que ainda hoje é comum nos círculos marxistas: confundir o seu pensamento com a ciência enquanto tal. Em seu quadro teórico estariam os conceitos adequados para equacionar todos os problemas imagináveis. Seria algo assim como a ciência das ciências, a realização moderna da noção medieval que representava a filosofia como “uma rainha” que sintetiza, articula e governa todos os domínios do conhecimento. Seria “a ciência da história”, “um guia para a ação”, “o método de análise da realidade”. Nesses termos, “história”, “ação”, “realidade” são algo mais (de mais) que “um objeto”. São na verdade *o conjunto de*

todos os conjuntos de objetos perceptíveis, campo legítimo da teologia, que ultrapassa, no entanto, as medidas da ciência. “Ferramentas” nessas dimensões são como a alavanca que ergue o mundo, a chave que abre todas as portas, o talismã que ilumina os caminhos.

Fica portanto um problema para os teólogos cristãos que advogam a incorporação do marxismo como uma “ferramenta da fé”: se for assimilado como “um instrumento científico”, deve ser relativizado, posto num contexto mais amplo, lado a lado com outras perspectivas teóricas e normativas. Se, ao contrário, for isolado como “a chave do enigma” recém-descoberta, gera uma “sócio-teologia” que embora se legitime com a aura da objetividade científica, rompe de fato com os seus princípios. Neste caso, a “ferramenta” vira “talismã”, um instrumento mágico, modelo século XX, na disputa cruel pela salvação sociológica.

RELAÇÕES TRIBAIS

A imagem da “ferramenta” pode ser enganosa em um outro sentido. Sugere que o conteúdo do “marxismo” seja claro e unívoco. No entanto ele é bem complexo.

No decorrer da sua história, o marxismo esteve associado, entre outras, com as seguintes orientações filosóficas: materialismo positivista (Kautski), positivismo lógico (Neumann), empirio-criticismo (Bogdanov), neo-kantismo (Adler), hegelianismo voluntarista (Gramsci), hegelianismo objetivista (Lukacs), existencialismo (Sartre), estruturalismo (Althusser). A prosseguir nessa listagem, dificilmente encontraríamos uma corrente filosófica contemporânea que não contribuisse para moldar alguma versão do marxismo.

O mesmo vale para a filosofia política. Apesar da imagem corrente de um bloco monolítico, deu lugar a controvérsias internas nas quais as várias vertentes do pensamento político moderno fizeram-se presentes. Conhecemos marxistas totalitários e liberais, burocráticos e libertários, tecnocratas e populistas, nacionalistas e internacionalistas. A lista não exclui sequer exemplos de um marxismo fascista, encontrável em tendências militantes na Europa de Leste.

A heterogeneidade do universo marxista não se limita, evidentemente, ao plano da teoria. Correu mundo, atravessou oceanos, associou-se a instituições que articulam grupos sociais os mais diversos: operários da metalurgia e artesãos de pequena manufatura; regiões industriais, camponeses, e mesmo sociedades tribais; executivos e funcionários subalternos, soldados e generais, governantes e governados; Estados aliados e Estados em guerra, nações amigas e inimigas.

Em suma, o marxismo abrange um conjunto de representações tão heterogêneo quanto o reunido, por exemplo, sob o nome do “catolicismo”. Há muito deixou de ser teoria pura. Foi socializado através de uma complexa rede institucional, incorporando os problemas e as alternativas relevantes em diversos contextos e formando um sem-número de biografias. Tornou-se, com efeito, um termo de valor tribal, marca de uma identidade distintiva, pela qual se pode morrer ou, ao invés, fazer carreira.

Assim como ocorre com o catolicismo, ou com outros “ismos” que ordenam o cenário das ideologias, o marxismo forma um discurso comum que se sobrepõe a muitos discursos, uma identidade que abrange muitas diferenças. Possui sim uma linguagem própria, que no entanto é polivalente, multissignificativa, plurinormativa. A tribo marxista é segmentada por muitas facções, no que não se distingue das demais tribos que conhecemos.

Ora, entre tribos, os problemas que se colocam são da ordem da guerra e da paz, do conflito e da aliança, um plano em que não faz sentido falar do “marxismo como um instrumento”. Aqui comandam a diplomacia, a política e as questões de identidade, as quais remetem a uma outra série de questões problemáticas. Observo apenas, para concluir, que as dificuldades de relacionamento com a tribo marxista estão ligadas à sua pretensão de confundir-se com a humanidade do futuro. Ao transformar-se em uma doutrina dos Estados socialistas, o marxismo conquistou o privilégio de ser encarado como o único modo legítimo de ser e de pensar na sociedade que está por vir.

ENTRE REVOLUÇÃO E LIBERDADE HAVERÁ CONTRADIÇÃO?

Os dois problemas apresentados possuem um denominador comum. A pretensão do marxismo ao monopólio do saber científico, e a ambição da tribo marxista de confundir-se com a humanidade, são características centrais do totalitarismo, fundado com as revoluções socialistas. O desgaste deste regime é hoje um fato notório que não pode ser evitado por quem se aproxima do marxismo. Suas consequências são tão perversas que lançam toda a tradição revolucionária e socialista em um estado crítico, a saber se não estarão necessariamente comprometidas com o autoritarismo. Será possível fundar as liberdades em uma revolução socialista? Esta pergunta difícil está a exigir o exercício da imaginação criadora de todos os interessados.

Sob o prisma dessas indagações, o argumento do “marxismo como uma ferramenta da fé” deixa a desejar. Tem funcionado como um instrumento eficiente para mexer com as Igrejas, abrindo espaço para idéias e movimentos renovadores; mas ele não pega quando aplicado aos meios marxistas. Aí aparece como uma fórmula gasta e conservadora, incapaz de lidar com os problemas reais.

Se é assim, a assimilação do marxismo pelos cristãos, que tantas novidades trouxe para os meios eclesiais, corre o risco de se frustrar no contexto dos movimentos socialistas seculares, reduzindo-se a uma reanimação fugaz de um corpo já em decomposição. Uma sorte tão ingrata somente será evitada se esses novos leitores de Marx encararem de frente os problemas gerados pela tradição que tem feito uso do seu nome.

QUEM TEM

Nos memoráveis dias de fevereiro de 1979, nos quais se realizava em Puebla a Terceira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, os empresários mexicanos celebraram uma reunião naquela mesma cidade para avaliar a importância da Igreja e de seu tipo de evangelização para a realidade social do Continente. E concluíram com o que constituiu a manchete dum diário local: "A teologia da libertação é nociva para a empresa." Comentava-se entre os teólogos presentes: os empresários entenderam melhor que muitos participantes da augusta assembléia eclesial o que significa a teologia da libertação. A teologia da libertação é nociva não à empresa simplesmente, mas à empresa da superexploração capitalista. Não é uma teologia que se presta a legitimar as práticas de acumulação à custa do depauperamento do operariado. Pelo contrário, ela guarda uma funcionalidade explícita com as lutas dos pobres em vista de sua promoção e libertação. Ela nasceu nos anos 60 com aqueles cristãos que, no interior dos movimentos operários e universitários comprometidos com as camadas populares, tentaram pensar sua fé e o Evangelho à luz de práticas libertárias, postulando uma sociedade diferente. A originalidade da teologia da libertação, ontem como hoje, não reside em pensar teologicamente — o tema da libertação, com a mesma maneira que pensa — a secularização, o trabalho, a técnica, a família, etc. O tema da libertação seria um a mais no elenco das questões relevantes que a teologia se pode propor. Os temas variariam (daí o risco dos modismos teológicos), mas a forma de se fazer teologia permaneceria a mesma. A teologia da libertação pretende pensar não a partir do tema da libertação, mas a partir de uma prática de libertação concreta junto com os interessados na libertação que são os oprimidos (operários, camponeses, favelados e seus aliados geralmente da pequena-burguesia). A partir da prática, muda a maneira de se pensar a tarefa da teologia.

Em função da prática, para que não seja meramente reprodutora do sistema (reformismo e paternalismo), a teologia da libertação se obriga a fazer uma análise da realidade social, identificando especialmente os mecanismos produtores de empobrecimento e enfatizando o sujeito histórico emergente e suas práticas visando uma sociedade mais participativa do povo. Nesta tarefa a teologia da libertação assume aqueles métodos que elaboram as análises a partir da ótica dos oprimidos e no interesse da libertação deles. Toda análise, por mais objetiva que pretenda ser, sempre é socialmente situada; o analista não vive nas nuvens, mas se encontra dentro de um complexo de interesses, compromissos, expectativas do lugar social que ocupa. A teologia da libertação prefere (sem exclusividade) aquelas análises feitas a partir de uma opção de povo, de mudança da sociedade e de superação do sistema capitalista que tanto desgraçou as grandes maiorias de nossa gente. Se a teologia da libertação guarda alguma relação com o marxismo, é neste momento analítico da interpretação da realidade social, não na elaboração dos conteúdos próprios da teologia.

Após esta diligência analítica, começa a reflexão propriamente teológica, respondendo a estas questões básicas: em que medida a fé cristã e seus conteúdos básicos constituem um motor e não um freio à libertação dos oprimidos e, a partir deles, de todos os homens? A partir das exigências da prática real ressaltam, da grande mina da fé, alguns elementos que concernem diretamente à libertação. Primeiramente a própria compreensão de Deus. Ele é santo e habita numa luz inacessível, portanto, é mistério. Entretanto, este Deus é sensível ao grito do oprimido, toma partido contra o faraó e se decide pela libertação dos oprimidos (Êx 3.8). Há uma leitura política do oprimido: não é apenas o indivíduo injustiçado; é uma inteira classe social

TEOLOGIA DA

MEDO DA

de explorados; são raças discriminadas como os negros e indígenas. O próprio Deus encarnado, Jesus Cristo, começou concretamente anunciando libertação para os humilhados e ofendidos (Lc 4.16-21). São Marcos resume tudo numa frase: "Jesus fez bem todas as coisas; fez surdos ouvir e mudos falar" (7.37); portanto, teve uma prática libertadora. A própria fé somente salva quando se transforma em prática de solidariedade e atendimento às necessidades básicas da vida dos carentes (Mt 25). Sem esta prática ninguém se salva. Os profetas são claros ao dizer qual é o culto que agrada a Deus: "procurar o direito, corrigir o opressor, julgar a causa do órfão, defender a viúva" (Is 1.17). A morte de Jesus não se entende completamente sem considerar o conflito que suas exigências de solidariedade aos pobres e de fraternidade colocaram. A partir do compromisso com a libertação dos empobrecidos tais perspectivas bíblicas ganham ressonância especial: iluminam a prática dos cristãos e constituem uma mística poderosa de engajamento, como forma de ser fiel à mensagem da revelação. O que mais irrita as classes dominantes e os organismos de controle e informação é ouvirem os cristãos declararem: sua opção pelos empobrecidos não nasceu de uma leitura de Marx (et consortes), mas da oração, da meditação da Palavra de Deus e do seguimento da prática de Jesus.

A partir desta reflexão teológica no interior do compromisso, se definam melhor os instrumentos de libertação do povo sofredor: alargamento de seu nível de consciência acerca da realidade sob a qual sofrem; criação de comunidades eclesiais de base, onde se dá a união entre Evangelho e vida, oração e compromisso, conscientização dos problemas e iluminação deles à luz da fé, da doutrina da Igreja e da reflexão dos teólogos; incentivo à criação de todo tipo

de grupos de reflexão e de ação; apoio aos organismos populares nos quais os próprios pobres assumem a reflexão, usam da palavra e organizam sua prática solidária, impondo limites às estratégias da dominação e dando passos de libertação rumo a uma sociedade mais participada e justa. Tais práticas, para a fé, produzem bens do Reino.

Quem tem medo da teologia da libertação? Na sociedade são aqueles estratos e pessoas que não estão interessados em mudar a forma de convivência social porque correriam risco de perder suas benesses e o lugar privilegiado que ocupam na sociedade. Para muitos destes a teologia da libertação significa um elo a mais na cadeia destes significantes negativos: marxismo, subversão, violência revolucionária, incentivo à luta de classes. Na Igreja têm medo da teologia da libertação aqueles cristãos habituados a uma versão intimista e meramente piedosa da fé cristã: a fé é para salvar a alma e garantir ao indivíduo a eternidade feliz. Também têm medo aqueles agentes de pastoral que querem perpetuar a Igreja dentro do bloco histórico hegemônico pelos benefícios que lhes advêm. A teologia da libertação exige, finalmente, conversão, vale dizer, a troca de lugar social: assumir a causa dos pobres, participar da vida e dificuldades deles, comprometer-se com hombridade com as incompreensões e difamações daí decorrentes no espírito das bem-aventuranças. Por fim, toda libertação, isto é, ação que cria liberdade, é arriscada; mas é o preço a pagar para uma humanização mais plena da pessoa e da sociedade.

Artigo extraído do jornal "Folha de São Paulo" de 10/6/83.

Leonardo Boff é teólogo, professor em Petrópolis, chefe do Departamento Editorial da Editora Vozes e autor de vários livros.

LIBERTAÇÃO?

Rubem Alves

e eles transformarão suas espadas em arados

*A lua continuará a mesma. Ela brincarà com as nuvens.
Mas não haverá ninguém que diga do luar:
— Como vem tão clarinho!*

Também as nuvens continuarão a navegar, barcos ao vento, na fundura do céu. Nas tardes limpas e frias de inverno elas passarão do amarelo ao abóbora, do abóbora ao vermelho, do vermelho ao púrpura. Ao seu lado Vênus, brilhante, no poente. Mas tudo será inútil. Não haverá ninguém para sentir a beleza daqueles momentos.

O mar parecerá ignorar o que aconteceu. Não se dará conta do vazio. Continuará a ir e vir. Não perceberá que não há crianças que catem as conchinhas que ele deixa na praia. E a espuma das ondas não brincarà de pega com ninguém.

O vento, agora solitário, assobia seus lamentos, vazio das pipas dos pequenos e das velas dos barcos dos grandes.

Tudo é inútil.

Há só o silêncio sem remédio dos sons que não têm ouvidos que os recolham.

Para onde emigrou a vida?

Sobraram os besouros, as formigas, as cigarras.

Já não há crianças que soprem bolhas de sabão, e namorados que saiam pelos campos, e avós que contem histórias de outros tempos...

Não, não é um pesadelo.

Preste atenção: você não ouve o ruído das pás? São os coveiros. Preparam as sepulturas. Vestem roupas cintilantes e todos se curvam perante os símbolos multicoloridos que cobrem os seus peitos. Sacerdotes da morte. Nas suas procissões desfilam os sacramentos do fim, os instrumentos de destruição, que fazem os corpos estremecer com a volúpia dos cadáveres. Há altares. Ali os que trabalham colocam os primeiros frutos das suas colheitas. Poderia matar a fome de todos os famintos. Poderiam fazer o mundo inteiro dar risadas... Mas a morte fascina mais. Ali também os pais e as mães colocam os seus filhos. Se eles morrerem, não importa, serão imortalizados em monumentos de pedra.

Era o dia 6 de agosto de 1945. Hiroshima. Uma cidade comum, como a nossa. Pessoas comuns, nas coisas que se fazem cada dia. O brinquedo, o trabalho, o amor, a prece. De repente, o inferno que nem mesmo os demônios puderam imaginar. O sol dentro de uma bomba: o calor derretendo o ferro, comendo os corpos. A explosão



arrebentando o concreto, pulverizando as pedras. A luz que cegou todos os que a viram. E depois, invisíveis, silenciosos, descansados: os raios da morte, penetrando no próprio segredo da vida.

Dia 9 de agosto. Os sacerdotes da morte poderiam ter esperado. Mas não. Nagasaki. Outra cidade como Hiroshima. Com certeza que disseram, nas celebrações em que se misturavam as vestes multicoloridas da morte com os aventais brancos da ciência:

— Finalmente, como os deuses. Não mais como Adão e Eva, que comeram da árvore do conhecimento do bem e do mal. Temos em nossas mãos o fruto da árvore da vida e da morte. Quando quisermos o mundo deixará de ser...

Desde então tudo ficou mais triste. Até os pássaros fugitivos estremecem de pavor... O mundo nunca mais será o mesmo. Quando morrem os indivíduos, é triste, muito triste. Mas a vida pode sempre começar de novo. Era isto que havia acontecido até aquele dia, 6 de agosto de 1945. Depois das liturgias da morte, a vida ressurgia sempre vitoriosa. Agora, não mais. Já temos o poder para acabar com a vida, definitivamente. Não sabemos por quanto tempo mais este mundo estará conosco. Antes, era só a tristeza da nossa própria morte: abandonar o corpo, o sol, o mar, a água, as árvores. Havia sempre tanta coisa boa a se fazer... E a gente se consolava olhando para os outros, os filhos. O mundo continuaria a se oferecer a eles, aos seus filhos e aos filhos de seus filhos. Era possível ter esperança. Não mais... Os coveiros se preparam. Já possuem armas para destruir sessenta mundos. Uma única morte não lhes basta. Devem odiar demais a vida...

Se um homem matasse um outro e, não satisfeito, crivasse o cadáver com mais sessenta punhaladas... Com certeza que todos estremeceríamos de horror e diríamos que daquele homem todos os traços de humanidade haviam fugido. Teríamos, talvez, medo de olhar dentro dos seus olhos, para não ver os demônios que deveriam morar lá...

Que dizer então daqueles que se preparam para apunhalar sessenta vezes a própria vida? Já pensaram nisto? Nunca mais. O funeral derradeiro, sem esperanças, sem haver ninguém para chorar os mortos e nem abutres para comer os cadáveres. Que fazer com os coveiros da humanidade? Teremos, porventura, enviado os sinais de alerta, pedindo a sua captura? As camisas-de-força, já foram preparadas? Terão os seus nomes sido incluídos na lista negra dos inimigos dos pássaros, dos animais, das crianças, dos velhos?

Eles se justificam. Falam em nome da segurança, apontam para o inimigo, invocam a necessidade da vitória...

Quanto a mim, tais palavras já não mais têm sentido. Que saberão os mortos sobre vitórias, sobre segurança, sobre inimigos? Prefiro a mais cruel tirania, com a vida, à mais completa vitória, com a morte. Porque, para haver a tirania, é necessário que haja a vida. E não importa que demore mil anos: um dia a vida ressurgirá livre, quando os tiranos morrem. Mas da vitória da morte, quem ressurgirá?

Os mansos, somente eles podem herdar a terra. Por isto, o caminho para a vida é o caminho do mais absoluto despojamento:

“E eles transformarão suas espadas em arados e as suas lanças em podadeiras. As botas que marcham com estrépito e as fardas manchadas de sangue serão todas elas queimadas no fogo...”

“E talvez o grande dia haverá de chegar em que um povo, notável por guerras e vitórias e pelo mais alto desenvolvimento da ordem e da inteligência militares, e acostumado a fazer os sacrifícios mais altos por estas coisas, venha a dizer: ‘Nós quebramos a espada!’, arrasando então toda a sua organização militar até os seus alicerces mais fundos. Tornar-se desarmado quando já se foi o mais bem armado, este é o caminho para a paz real. Antes perecer que odiar e temer, e mil vezes preferível perecer que fazer-se odiado e temido: algum dia estas palavras haverão de se tornar numa bandeira para os povos...” (Nietzsche).

Esperança: que haja olhos para acolher o luar, e que eles adivinhem as formas que se escondem nas nuvens, e os ventos brinquem com as pipas. Mas é preciso que os rituais e os sacramentos da morte sejam enterrados e os seus sacerdotes aprendam os risos da vida. O mundo é muito belo. É preciso que ele continue...



bíblia hoje JESUS CRISTO A VIDA DO MUNDO

Allan Boesak

Reflexão apresentada na 6ª Assembléia Geral do Conselho Mundial de Igrejas
Vancouver — julho-agosto 1983

Jesus Cristo, vida do mundo! São palavras plenas de sentido que falam de alegria, de esperança. Podem falar também de triunfo e de vitória, para alguns. São palavras que têm uma ressonância de certeza. Contudo o que significam elas neste mundo inseguro de sofrimentos, opressão e morte? As realidades do mundo no qual vivemos sugerem antes as garras frias da morte do que a liberdade da vida.

A violência, a cobiça e a deterioração demoníaca dos valores humanos continuam destruindo o mundo e o povo de Deus. A exploração econômica tende mais a intensificar-se do que a perder terreno e a injustiça econômica prossegue como a realidade predominante nas relações entre os países ricos e os países pobres. O racismo está tão disseminado como estava antes, não apenas na África do Sul, mas também em outras partes do mundo. Na sua aliança com as ideologias da segurança nacional teve que vestir-se de uma nova roupagem de respeitabilidade e se fez ainda mais penetrante. Na África do Sul, a política do *apartheid* e a injustiça continuam predominando. A desigualdade além do mais aparece sacramentada pela lei e a superioridade continua justificada até pela teologia. Atualmente, com o apoio flagrante de muitos governos ocidentais, o *apartheid* parece mais forte do que nunca e o sonho da justiça e da dignidade humana para a população negra da África do Sul está mais distante do que nunca.

No nosso mundo o que se escuta não é o som alegre, esperançoso da Palavra de Vida: essa palavra está sufoca-

da pelo espantoso barulho dos disparos de armas de fogo, pelos gritos de nossos filhos e pelo interminável clamor dos indefesos: Até quando, Senhor?

Em muitos lugares, muitíssimas crianças morrem de fome e muitas pessoas morrem somente porque ousaram defender a justiça e os direitos humanos. Muitas são eliminadas pelas guerras e muitas outras são torturadas em cárceres até à morte. Anos e mais anos de lutas intermináveis extinguíram em muitos olhos o fogo da esperança e muitos corpos sucumbiram sob o peso dessa morte particularmente repugnante chamada desespero. Muitas pessoas crêm que a sua juventude e o seu futuro estão reduzidos a cinzas sob a ameaça da destruição nuclear. E inclusive, diante de tal espetáculo desolador, muitos membros da Igreja Cristã permanecem silenciosos. Até agora não temos compreendido que cada ação desumana, cada lei injusta, cada morte prematura, cada declaração de fé nas armas de destruição maciça, cada justificativa da violência e da opressão é um sacrifício nos altares dos falsos deuses da morte; é uma negação do Senhor da Vida.

Não, para milhões de pessoas está claro que o que nos move não é a Palavra da Vida mas estamos esmagados pela litania da morte.

Contudo, nos Evangelhos se afirma que Jesus Cristo é a vida do mundo (João 6.35, 45; 10.10; 11.25; 14.6; Apocalipse 1.17,18 etc.). Isto significa que ele é a fonte da vida, ele é o doador do dom sagrado da vida. Que ele

quer para nós uma vida plena de abundância, alegria e sentido. Ele é o Messias a cujos olhos a nossa vida é preciosa.

Porém, aqui, precisamente é que está o problema. Nós nos atreveremos a crer nisso? Podemos crer nisso sem transformar a nossa fé numa estreita válvula espiritual de escape? Podemos evitar o cinismo da realidade? Podemos descobrir a maneira de conviver com esse doloroso dilema: “Senhor, eu creio, ajuda a minha incredulidade”. E o que é ainda mais doloroso: Podemos aceitar a realidade de esperança e o chamado à luta que se escondem nesta afirmação? Noutras palavras, esta afirmação jubilosa, esta confissão de que Jesus Cristo é a vida do mundo está de fato destinada aos milhões de pessoas que sofrem e morrem, que sofrem a opressão e que vivem sem esperança no mundo atual? Quando se discutia este tema com um grupo da minha congregação, uma mulher disse com toda a calma, porém quase em desespero: “parece ter que ser branco e rico para crer nisto”.

Há, porém, dois pontos que precisamos ter presentes quando falarmos deste tema. Primeiramente, no Evangelho esta afirmação jamais é um grito de guerra triunfalista. Não é nunca um lema fundamentado na força e no poder. É uma confissão em meio à impotência, ao sofrimento e à morte. É a silenciosa e subversiva piedade da qual a Igreja Cristã não pode prescindir. Em segundo lugar, não podemos esquecer que na Bíblia, tal afirmação se dirige às pessoas que, nas suas circunstâncias, *eram* os pobres, os opri-

midos e os fracos. Eram as pessoas esquecidas pela história, e são elas as que são chamadas a confirmar esta verdade: Jesus Cristo é a vida do mundo.

No Evangelho de João (cap. 4), a história de Jesus e da mulher samaritana é um bom exemplo desta verdade. Ela é por excelência o paradigma da pessoa desprezada, fraca e oprimida, exatamente como as crianças que aparecem noutra parte do Evangelho. A samaritana se converte no exemplo típico da pessoa desprezada deste mundo. Antes do mais, é uma mulher, com aquilo que isso representava na sociedade do seu tempo. Pode-se observar como João enfatiza o assombro dos discípulos ante o fato de Jesus estar conversando com uma mulher; porque além de ser mulher, é samaritana e, como tal, desprezada e rejeitada pelos judeus. Considera-se a sua religião inferior e, mesmo dentro de sua própria comunidade é marginalizada pela sua maneira de viver. (É por esta razão, provavelmente, que ela vai sozinha ao poço numa hora inusitada.) Porém, é precisamente a ela que Jesus fala de temas insondáveis: a água, fonte de vida e a água da vida.

Do mesmo modo, o Apocalipse de João está dirigido a uma Igreja fraca, dispersa e clandestina, que sofre debaixo da perseguição de um tirano implacável. Eram pessoas sem recursos, sem nenhum tipo de proteção legal, sem nenhuma “relação” com pessoas influentes e poderosas, sem nenhum poder político ou econômico. As suas vidas não valiam grande coisa. Achavam-se total e definitivamente à mercê de um homem que não sabia o que significava esta palavra, vida, o qual João somente pôde descrever com o epíteto de “besta”. Partindo de uma perspectiva puramente humana, nenhuma possibilidade eles tinham no mundo, nem possuíam praticamente nada à frente em que pudessem apoiar as suas esperanças quanto ao futuro. Entretanto, assim como a mulher samaritana, são *eles* os que ouvem a mensagem e é a eles que ela é dirigida: “Eu sou o primeiro e o último e o que vivo...” Sabiam com uma certeza que não procedia do poder terreno, que

Jesus e não César (apesar de todo o *seu* poder) é a vida do mundo. As pretensões de divindade, imortalidade, onisciência e poder são as mentiras, as meias-verdades, a propaganda sem a qual nenhum tirano pode sobreviver. A verdade, porém, está aí: Jesus Cristo é a vida do mundo e ele é o Senhor da vida.

A Igreja compreendeu esta afirmação não apenas como um consolo em momentos de tribulação e trevas mas como parte essencial dessa confissão fundamental, subversiva: Jesus Cristo é o Senhor. Desta forma isto se converteu não somente em alívio e apoio da Igreja perseguida e oprimida, como também num ressonante protesto contra a arrogância dos poderosos deste mundo que desejavam tão desesperadamente criar a impressão de que eram *eles* quem decidia a respeito da vida e da morte do povo de Deus. E a Igreja sabia que esta afirmação era a verdade não somente quanto ao que diz respeito à vida para além como também era verdade na vida e no mundo em que se lutava para crer, para ser fiel, para ser obediente. Entender isto não é apenas entender o poder, mas experimentar o poder da Palavra que produz a vida. É beber da fonte da vida e a água da vida mesmo quando se tenha pela frente o sofrimento, a destruição e a morte. É compreender e experimentar o que representa o culto quando não se limita unicamente a determinados instantes. É um culto que abrange toda a nossa vida, de tal modo que toda a oração pela libertação, todo ato a favor da dignidade humana, todo compromisso com a luta pela liberdade do homem, todo protesto contra as realidades pecadoras deste mundo, convertem-se numa oferta ao Deus vivo, por amor a seu Reino.

Jesus disse: “Eis que vem a hora, e já veio...” Aqui confluem o presente e o futuro. O momento da resposta humana, titubeante mas fiel e o momento da graça do Senhor se unem.

Esta é a mola dos atos de valor sublime que encontramos, às vezes, no testemunho e na vida da Igreja cristã. Foi isso que levou ao testemunho da

Igreja cristã no martírio de São Policarpo:

“O bem-aventurado Policarpo morreu como mártir a 23 de fevereiro, à hora oitava do Grande Sabath. Herodes o mandou encarcerar quando Filipe de Tralles era o Grande Sacerdote e Statius Quartus o Procônsul, porém Nosso Senhor Jesus Cristo é Rei para todo o sempre. Para ele, glória, honra e majestade e um trono de geração em geração e pelos séculos dos séculos. Amém.”

Efetivamente, parece como se, por um momento, os ditadores deste mundo, os poderosos e os potentados tivessem pleno controle da terra. A sua arrogância parece não ter limites, o seu poder parece incontrolável, porém a Igreja sabe que Jesus Cristo é o Senhor da história, que ele é o Senhor da vida e que a última palavra será a sua verdade.

Da mesma forma, os cristãos da África do Sul começam a compreender que o momento de Deus, para eles, coincide com a realidade atual; dão-se conta de que a Igreja é chamada a atuar como testemunha valiosa a favor do Evangelho. Foi nesse espírito que ouvimos o bispo Desmond Tutu, secretário geral do Conselho Sul-Africano de Igrejas, dizendo ao ministro da Justiça e Ordem Pública o seguinte:

“Senhor ministro, temos que lembrá-lhe que o senhor não é Deus. O senhor nada mais é que um homem. E um dia o seu nome outra coisa não será que uma inscrição esmaecida nas páginas da história, enquanto que o nome de Jesus Cristo, o Senhor da Igreja, viverá para sempre...”

A Igreja Cristã pode falar dessa maneira não porque possua poder na terra, mas porque “controla” a situação. Frente às estruturas do poder político, econômico e militar, as quais tentam governar este mundo, a Igreja permanece fraca e, até certo ponto, indefesa. Toma porém tal posição porque se nega a crer que os poderes da opressão, morte e destruição devam ter a última palavra. Mesmo diante de tais poderes, a Igreja continua proclamando



Rev. Allan Boesak na 6ª Assembléia Mundial do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver, Canadá.

Allan Boesak é teólogo reformado da África do Sul e presidente da Aliança Reformada Mundial.

do que Jesus Cristo é Senhor e, por conseguinte — Vida do Mundo. E esta fé naquele que está vivo, esta recusa de se inclinar ante os falsos deuses da morte é que constitui a força da Igreja.

Esta afirmação, porém, tem outras ramificações. Jesus Cristo é a vida do mundo. Não se interessa apenas pela Igreja mas pelo mundo. Na sua vida, morte e ressurreição não somente está o futuro da Igreja, mas o futuro do mundo. Na Carta aos Efésios, Paulo insiste em proclamar Jesus Cristo como Senhor da Igreja e do Cosmos. O fato de ele ser a nossa paz representa conseqüências não somente para a Igreja, como também para o mundo. Donde a necessidade da Igreja proclamar, clara e inequivocamente, que Jesus veio para vivificar e dar sentido ao mundo com o fim de que toda a história da humanidade, toda atividade humana possa renovar-se e libertar-se da morte e da destruição.

A vida do mundo, a destruição deste mundo e o futuro deste mundo são, conseqüentemente, objetos da preocupação da Igreja. Nós somos responsáveis por este mundo porque é o mundo de Deus. E se este mundo se acha ameaçado pelo militarismo, pelo materialismo, pela cobiça e pelo racismo então estes são problemas que dizem respeito diretamente à Igreja. Foi a Igreja que ouviu estas palavras: Eis que eu pus diante de ti a vida e a morte, a bênção e a maldição: escolhe pois a vida!" Foi a Igreja que ouviu as palavras: Eu vim para que tenham vida, e a tenham em abundância..." E é porque ouvimos tais palavras e porque confessamos que Jesus Cristo é a vida do mundo, que nos atrevemos a romper com o silêncio.

Esta Assembléia deve falar em voz alta. Devemos confessar humildemente, porém sem qualquer dúvida, a nossa fé em Jesus Cristo, vida do mundo. Humildemente, porém sem duvidar, precisamos renovar o nosso compromisso com Jesus Cristo, a vida do mundo. E esta fé, este compromisso deverão ser a base de nossa ação no que diz respeito à paz, à justiça e à libertação humana. Não podemos he-

sitar nem um só instante quanto a abordar o problema da paz e a prever a possibilidade da destruição nuclear de tudo o que existe. Sejam claros: a corrida das armas nucleares, a aplicação da inteligência e das possibilidades que Deus nos tem dado para criar armas de destruição massiva cada vez mais perfeitas, e o apelo a que confiemos nessas armas como meio de assegurarmos a nossa paz não são apenas uma loucura passageira, antes são um pecado que contraria os propósitos de Deus a respeito deste mundo e do povo que ele ama.

Não estou certo de que o problema da paz seja simplesmente uma moda, uma mania que amanhã desapareça. Muito menos estou de acordo com aqueles que crêem que tal problema consiste apenas em cálculos de caráter político e militar, de tal forma que a Igreja deveria afastar-se desse debate e deixar aos políticos e aos estrategistas militares a solução dele. Estou convencido de que a questão da paz, tal como nos é colocada atualmente, tem a sua base no Evangelho mesmo.

Há, porém, algo mais que eu devo dizer a este respeito. Quando, em agosto último, em Ottawa, se reuniu a Aliança Mundial Reformada, passamos muito tempo discutindo uma declaração sobre a paz. Durante o debate, um delegado procedente da África fez uma observação a qual pôs em evidência clara algumas das tensões que esta questão suscita no movimento ecumênico atual. Disse o seguinte:

"Neste documento, a palavra 'nuclear' é usada várias vezes, porém nem uma só vez sequer se usa a palavra 'fome'. Entre o meu povo, as pessoas não compreenderiam o vocábulo 'nuclear', mas sabem muito bem o que quer dizer a fome e a pobreza."

Falando assim ele se referia na realidade a uma das preocupações de muitos cristãos do Terceiro Mundo que temem que a questão da paz chegue a se separar da questão da justiça, e que "a paz" se converta na preocupação primordial do Atlântico Norte. Isto não pode acontecer. Primeiramente porque as ideologias do militarismo e

da segurança nacional são de caráter internacional e provocam privações e perpetuam a injustiça em toda a parte, porém de forma especial nos países ditos do “Terceiro Mundo”. Em segundo lugar, e este é o motivo mais importante, porque, na Bíblia, as noções de paz e de justiça nunca estão separadas. A paz não consiste simplesmente na ausência de guerra: é a presença ativa da justiça. Tem a ver com a plenitude humana, com a libertação, com a integridade, com a vida e o bem-estar que tenha sentido, não somente para o indivíduo como para toda a comunidade na sua totalidade. E assim o profeta Isaías diz que a paz é fruto da justiça.

Pois bem, pode até ser verdade que os problemas da justiça, do racismo, da fome e da pobreza sejam problemas que o movimento ecumênico considere estarem longe de se resolverem. Pode ser verdade que ditos problemas coloquem para as Igrejas dilemas dolorosos, porém não pode ser verdade que queiramos servir-nos da questão da paz para fugir a esses dilemas. Não nos podemos servir do Evangelho para escapar ao que nele se nos pede nem podemos servir-nos do tema da paz para escaparmos aos problemas existentes da injustiça, da pobreza, da fome e do racismo. Se o fizermos, converteremos a nossa preocupação pela paz em ideologia de opressão a qual acabará por servir-se disso para justificar a injustiça.

Porém ainda há um último ponto sobre o qual devemos insistir. Jesus Cristo é a vida do mundo porque revela a verdade a respeito de si mesmo, da Igreja, da humanidade e do mundo. Ele é o Messias, o escolhido de Deus que proclama o tempo aceitável do Senhor. Nele se cumprem as promessas de Jeová. Ele é o servo do Senhor, que não abandonará a sua luta até que a justiça triunfe sobre a terra (Is 42.1-3; Mt 12.17-21). Nele todos os países porão a sua esperança.

Jesus em sua vida, morte e ressurreição, ele mesmo é a garantia da vida, da paz e da dignidade humana. É o Messias que luta e sofre com o seu povo. E, acima de tudo, ele é o vencedor.

dor. É rei em seu sofrimento, não apesar dele. Há, pois um laço indissolúvel entre o “Ecce Homo!” de Pôncio Pilatos e o seu “Eis aqui o vosso Rei!” (Jo 19.4,19). Daí o fato de que, no Apocalipse se fale de Jesus tanto como o cordeiro imolado, como do cavaleiro sobre o cavalo branco. Aquele que morre é aquele que vive para sempre. O servo sofredor da Palavra é o soberano dos reis da terra. Aquele que aceitou dar a sua vida é Jesus, o Messias, vida do mundo.

Esta é a verdade que é revelada à Igreja quando repetimos as palavras: Jesus Cristo é a Vida do Mundo. O Apocalipse de João nos recorda a vitória dos santos. Porém, de novo, não se trata de uma vitória conquistada pelos poderes terrenos. “Eles, porém, o venceram pelo sangue do Cordeiro e pela palavra do seu testemunho pois desprezaram a própria vida até à morte” (Ap 12.11). Esta verdade é o fundamento sobre o qual se ergue a Igreja. É a essência do testemunho da Igreja no mundo. É a essência da confissão: Jesus Cristo é a Vida do Mundo. Como Igreja só podemos proclamar isto se estivermos dispostos a dar a nossa vida pelo mundo. Somente podemos dizer isto se, verdadeiramente crermos que existem coisas que são tão importantes, tão preciosas e tão eternamente verdadeiras que valham nós darmos a vida por elas. E a verdade de que Jesus Cristo é a vida do mundo, é uma verdade pela qual vale a pena morrer.

A verdade que o Messias revela é oposta à mentira, à propaganda, à idolatria e à ausência de confiança que encontramos no mundo. A sua verdade é a verdade que sustenta a liberdade e a vida do mundo. E é isso que somos chamados a proclamar. Por isso, ao iniciarmos estas duas semanas que vamos passar juntos como Igrejas reunidas do mundo, afirmemos essa verdade e façamos a seguinte profissão de fé.

Não é verdade que este mundo e os seus habitantes estejam condenados a morrerem e a se perderem —

Isto é verdade: “Porque de tal maneira Deus amou o mundo que deu o seu

Filho Unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna;”

Não é verdade que tenhamos que aceitar a falta de humanidade e a discriminação, a fome e a pobreza, a morte e a destruição —

Isto é verdade: “Eu vim para que os homens tenham vida e a tenham em abundância;”

Não é verdade que a violência e o ódio tenham de ter a última palavra e que a guerra e a destruição devam instalar-se para sempre —

Isto é verdade: “Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu; e o principado está sobre seus ombros: e o seu nome é Maravilhoso, Conselheiro, Deus forte, Pai eterno, Príncipe da paz.”

Não é verdade que sejamos simples vítimas dos poderes do mal que tentam dominar o mundo —

Isto é verdade: “Todo o poder me foi dado no céu e na terra e eis que estou convosco... até a consumação do século.”

Não é verdade que antes de fazer algo tenhamos que esperar por aqueles especialmente dotados, que são os profetas da Igreja —

Isto é verdade: “Derramarei do meu Espírito sobre toda a carne e os vossos filhos e as vossas filhas profetizarão; e os vossos jovens terão visões e os vossos velhos sonharão sonhos.”

Não é verdade que os nossos sonhos de libertação da humanidade, da justiça, de dignidade humana ou de paz não sejam para esta terra nem para esta história —

Isto é verdade: “A hora vem e já veio em que os verdadeiros adoradores adorarão ao Pai em espírito e em verdade.”

Usemos pois estas duas semanas para sonhar, para profetizar, para ter visões de amor, de paz e de justiça. Usemos estas duas semanas para afirmar com humildade, com alegria, com fé e com coragem:

JESUS CRISTO, É A VIDA DO MUNDO.

DR. JUAN A. MACKAY

1889/1983
In Memoriam

Luis E. Odell

Dia 9 de junho de 1983, aos 94 anos de idade, faleceu nos EUA o Dr. Juan A. Mackay, uma das personalidades mais distintas e relevantes do protestantismo mundial deste século.

Nascido em Inverness, Escócia, realizou seus estudos na mesma cidade, formando-se em Artes em 1912, com menção honrosa em Filosofia. Continuou estudos teológicos em Wick e no Seminário Teológico de Princeton até 1915, passando depois um ano na Espanha realizando estudos dirigidos por Don Miguel de Unamuno, cuja personalidade deixou nele marcas profundas e definitivas. Com esta boa preparação, respondeu a um chamado da Igreja Livre da Escócia para entrar na obra missionária e, em 1916, depois do seu casamento com a Srta. Jane Logan Wells, viajou para o Peru, fundando ali o Colégio Anglo-Peruano. Neste país vincula-se à intelectualidade da época, chegando a obter a cátedra de História da Filosofia Moderna na mais antiga Universidade do novo mundo, a de São Marcos, em Lima.

Entre 1926 e 1932 trabalha para a Federação Sul-americana de Associações Cristãs de Moços como secretário continental de seu trabalho religioso com sede em Montevidéu, Uruguai, levando-o a percorrer os países da região dando conferências e escrevendo. Entre os livros escritos vale mencionar "O outro Cristo espanhol", "...Porém eu vos digo" e "O sentido da vida".

Entre 1932 e 1938 assume a função de Secretário para África e América Latina da Junta Missionária da Igreja Presbiteriana dos EUA, passando depois a dirigir como Presidente, o Seminário Teológico de Princeton onde assume também a cátedra de Ecumenismo. Nesta importante função que desempenha até 1959, exerceu uma transcendental influência elevando consideravelmente o nível acadêmico da Instituição e contribuindo notavelmente para a renovação do pensamento teológico através da criação da revista "Theology Today" (Teologia nos dias de hoje).

Em 1937 começa uma atividade que chegou a ser importantíssima no movimento ecumênico, presidindo uma das Comissões de Conferência de Oxford sobre "A Igreja, a Comunidade e o Estado".

De 1947 a 1959 ocupa a presidência do Conselho Missionário Internacional e colabora de diferentes maneiras com o Conselho Mundial de Igrejas, participando ativamente no processo de integração dos dois organismos, concretizado na Assembléia de Nova Délhi, em 1961.

Outros cargos importantes dentro da Família Reformada foram o de Moderador e Presidente do Conselho Geral da

Igreja Presbiteriana, EUA, e a presidência da Aliança Reformada Mundial de 1954 a 1959.

Desempenhou cerca de trinta e cinco cargos nacionais e internacionais de importância, deu mais de vinte séries de conferências, recebeu outros tantos doutorados e títulos Honoris Causa, publicou treze livros, vários dos quais traduzidos ao espanhol e escreveu perto de cem artigos sobre temas educacionais, missionários, teológicos e filosóficos.

Porém, além destes surpreendentes dados biográficos, o que mais nos interessa salientar neste momento em que foi para as moradas eternas, é a sua qualidade de homem cristão excepcional. Um de seus biógrafos indicou que a vida de Mackay foi dominada por uma grande idéia que se define na expressão "Cristo e sua Igreja". Era também um homem de grande imaginação e muito hábil no uso dos símbolos. Daí que na sua atuação cunhasse frases que tiveram importante repercussão, tais como: 'Deixemos que a Igreja seja a Igreja', 'A janela e o caminho', 'A Igreja deve viver na fronteira', 'Esplendor no abismo', 'A vida do homem sob a luz de Deus', 'Unidos para a missão' etc. Lá pelos idos de 1959 seu pensamento foi dominado pelo que ele chamou 'A forma do Servo', e em relação a isso pronunciou as palavras que se seguem e que nos dão uma visão de sua capacidade para dar forma às idéias: "Desde há muitos anos que a imagem bíblica do 'servo' me fascina. Cheguei a sentir cada vez mais que esse símbolo é, por um lado, o mais profundamente significativo da Bíblia e do Cristianismo e, por outro, o mais necessário para a religião, a cultura e a civilização de nosso tempo."

É impossível fazer justiça a uma personalidade como a do Dr. Mackay nas poucas linhas a que devemos limitar-nos. Se em alguma coisa concordam todos aqueles que mais intimamente o conheceram e tiveram o privilégio de serem seus discípulos e amigos, é em que o Dr. Mackay tem sido uma das personalidades mais extraordinárias que conheceram e da qual se sentem devedores. E como se fosse um testamento espiritual ou uma mensagem póstuma, queremos citar o parágrafo com que ele finalizou uma carta manuscrita que dirigiu a quem assina esta nota, em junho de 1970, e que acreditamos conserva plena atualidade:

"Cada vez sinto mais intensamente que a suprema necessidade que experimentamos hoje na Igreja e no mundo é o que chamo de 'renascimento evangélico' e com isto quero dizer: uma redescoberta do Evangelho de Cristo na sua dimensão mais plena, abrangendo o acontecer histórico, a realidade teológica, a experiência pessoal, o zelo pela evangelização e a preocupação social com as suas implicações políticas. Estes fundamentos cristãos que estão sendo descuidados e mesmo esquecidos, devem ser redescobertos, proclamados e aplicados; mas, de qualquer maneira, isto é certo: Jesus Cristo, o Senhor da História e da Igreja, terá a última palavra."

Demos graças a Deus por este discípulo fiel de Jesus Cristo que, segundo a promessa, entrou, sem dúvida, já no gozo do Senhor.

Luis E. Odell é leigo metodista uruguaio, líder ecumênico de longa trajetória na América Latina. Foi 1º Secretário Geral do movimento Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL). Atualmente reside na Espanha.

Igrejas denunciam Reagan

IGREJAS BATISTAS AMERICANAS
CONVENÇÃO BATISTA DO SUL
ALIANÇA MUNDIAL BATISTA
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Queridos Irmãos:

Servimo-nos da oportunidade de vos escrever porque sabemos que sois filhos de Deus como nós e, como nós, buscais a paz e a justiça, valores ambos característicos do Reino de Deus.

Queremos mais uma vez expressar a nossa gratidão para convosco por terdes plantado a semente do Evangelho aqui na Nicarágua. É por essas Boas Novas que temos aprendido a amar os nossos irmãos, participar de sua angústia quando sofrem e nos alegrarmos com eles quando estão alegres (Rm 12.15). Sabemos que este é o mesmo Evangelho de amor e de esperança que vós mesmos credes e praticais.

É por causa desse Evangelho, o qual nos une em amor e no mesmo corpo, o corpo de Cristo, que vos escrevemos agora. Queremos repartir convosco as nossas preocupações e pedir-vos a ajuda neste momen-

to crucial que está sendo enfrentando não só pela Igreja Batista daqui, mas por todo o povo da Nicarágua.

A Nicarágua está sendo invadida por forças mercenárias e de ex-membros da Guarda Nacional do regime de Somoza que apenas conheceu o assassinato, a tortura, o roubo, a pilhagem. Isto nós muito bem sabemos, porque, nos cinquenta anos de ditadura na Nicarágua, esta foi a constante. Agora prosseguem no mesmo intento, esperando restabelecer esse império de terror pela deposição do atual governo da Nicarágua que está fazendo um incrível esforço para reconstruir uma nova sociedade fundamentada na dignidade e nos valores humanos.

Queremos que saibais, irmãos e irmãs, do sofrimento e aflição suportados pelos membros de nossas igrejas batistas e pelos nicaraguenses de um modo geral, sofrimentos resultantes dessa invasão, especialmente no norte do país. Três de nossas congregações ali foram destruídas. Muitos irmãos foram seqüestrados e levados para Honduras; outros foram capturados e torturados com incrível crueldade; outros foram forçados a fugir abandonando as suas casas, terras, plantações e criações. Temos centenas de lares, mesmo lares batistas, que estão sofrendo a ausência de crianças, jovens, adultos e velhos, vítimas inocentes da agressão brutal, ou que morreram em combate contra o opressor. A economia de nossa pátria tem sido atingida em suas bases por um tremor de terra em 72, uma guerra

sangrenta em 79, cinquenta anos de uma ditadura que arrasou o país, por secas, enchentes nos últimos anos, e agora, enfrentamos esta nova situação de guerra. Alimentos e outros bens de consumo estão ficando escassos; os serviços de transporte público se estão deteriorando devido à falta de ônibus e de peças de reposição. Vemos o pavor, a amargura e a incerteza nos rostos de nossas mães e das jovens esposas que vêem seus filhos e esposos partirem para a guerra.

É com profundo sentimento de tristeza que vos dizemos, neste momento, que esse cenário trágico no qual vive o povo da Nicarágua é devido ao amplo apoio dado pela administração Reagan aos invasores. Até mesmo a imprensa norte-americana confirma tal informação. Todos nós da Nicarágua assistimos com espanto à fala do presidente diante das duas casas do Congresso, no último dia 27 de abril, quando ele tentou justificar e garantir o apoio do Congresso e do povo norte-americano a fim de prosseguir e até mesmo intensificar essa sua política contra o governo da Nicarágua. Esse discurso reativou as atividades agressivas com base em Honduras as quais ameaçam provocar uma guerra declarada entre Honduras e Nicarágua.

Nós que conhecemos e compreendemos a situação da Nicarágua tendo vivido aqui toda a nossa vida, podemos afirmar honestamente, com todo o respeito devido ao presidente Reagan, que as acusações que ele faz contra a Nicarágua são falsas. Estamos convencidos de que a linha do atual governo da Nicarágua é positiva e tem como objetivo criar melhores condições de vida para todos com dignidade humana. Podemos confirmar que, através de programas de habitação, saúde, educação, reforma agrária, turismo e recreação, pela liberdade de religião e por outros muitos meios, o interesse real do governo é dar ao povo aquilo que Somoza sempre negou; ou seja, o direito a viver uma vida com dignidade e felicidade, desfrutando as bênçãos que Deus dá a todos e não somente a uns poucos.

Irmãos e irmãs, nós cremos que um dos mais eficazes caminhos para aliviar a nossa situação na Nicarágua está em o governo dos Estados Unidos cessar seu apoio aos grupos que estão lutando para depor o nosso governo. É com este objetivo que sentimos que a vossa contribuição seria da máxima importância influenciando o vosso governo para fazer as necessárias mudanças em sua política externa. Sabemos que presentemente vós estais fazendo esforços a

Cristãos se manifestam sobre a situação na América Central.



nosso favor e nós estamos profundamente gratos, mas vos pedimos que redobreis tais esforços; a nossa situação é crítica; necessitamos da vossa ajuda e sabemos que estais prontos a vir em nosso socorro para consolar-nos nesta tão difícil hora.

Nós vos escrevemos porque o Evangelho nos impele a agir a favor do nosso povo. Assim como partilhamos o sofrimento do nosso povo cremos que Deus tocará também os vossos corações. Possa o Senhor conceder-nos paz e tranquilidade com a qual nós mesmos possamos dedicar-nos à reconstrução de nosso país. Possamos nós trabalhar com alegria e entusiasmo na construção do Reino de Deus em cada pessoa, e vós tendes um papel importante, irmãos em Cristo, para atingirmos essas metas.

Queira o Senhor continuar a abençoá-los ricamente.

Em Cristo,

Comissão Executiva da Convenção Batista da Nicarágua

Gonzalo Mairena
Tomás Téllez
Javier Talavera
Róger Zavala
Roberto López
Pablo García
Manuel Zamota

Mensagem da Federação Argentina de Igrejas Evangélicas (FAIE) ao povo e às igrejas

A FAIE, sendo parte do povo da Nação Argentina e sensível à grave situação de sofrimento econômico, social e moral que vem sacudindo o país e que se agravou com o recente informe do Governo das Forças Armadas sobre a luta anti-subversiva, não pode deixar de se pronunciar a respeito. É justo, primeiramente, reconhecer diante de Deus que, nos anos passados, temos silenciado, embora não por indiferença, mas na expectativa transformada em oração intercessória por governantes e governados.

Deus é o Senhor da vida, da história, da verdade, da justiça e da paz. O testemunho bíblico nos permite ver com absoluta clareza a preocupação e ação de Deus em defesa da vida. A vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo é a expressão máxima dessa preocupação e ação motivada pelo seu amor a todos os homens.

Assim sendo, ele estabeleceu as bases da reconciliação, e, fora delas, tudo é falso. Isso nos defronta com um grande perigo, a falsa reconciliação. Os falsos profetas diziam "paz, paz", quando não havia paz. Quando nós voltamos para o passado como se nada tivesse acontecido, e houve tremenda violência! quando se tenta pôr um véu de esquecimento sobre tudo, e houve milhares de vidas em jogo! quando se fecham os caminhos para a expressão clara da verdade, e houve tanta falsidade e mentira! quando categoricamente afirmamos que houve coisas gravíssimas numa etapa e não na outra, e na verdade houve uma dolorosa realidade sob rótulos diferentes, estamos agindo, não há dúvida, como falsos profetas.

Quais são as verdadeiras bases de uma verdadeira reconciliação? Antes de tudo, o arrependimento e a conversão. Sobre a soberba, a falsidade e a sonegação não se pode construir uma verdadeira reconciliação. Isto exige de nós mudanças, não aparentes, mas profundas e radicais. Há fome e sede de palavras, gestos, ações dignas de arrependimento e conversão: "Justificados, pois, mediante a fé, temos paz com Deus, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo" (Rm 5.1). O outro fundamento é a verdade.

Num país que se gloria de ser cristão, a verdade não pode continuar a ser desprezada. "Compra a verdade e não a vendas", diz a Bíblia. Somente a verdade nos tornará livres. A mentira encarcera. O documento recentemente dado à luz nada esclarece nem mostra vias de saída, pelo contrário, procura pôr um ponto final à liberdade da verdade. Isto nos inquieta profundamente.

É preciso também falar da justiça como o outro fundamento. Não o revanchismo, não a cegueira do ódio, não de novo a violência. A justiça livremente exercida por juízes honestos e constitucionais é o único caminho para chegar a uma nova situação na qual a paz encontre a sua verdadeira realização. A Bíblia novamente nos lembra: "A justiça é o orgulho de uma nação, o pecado a sua vergonha". Diante desta afirmação a autojustificação é inaceitável.

À luz do que acima foi exposto, condenamos toda forma de terrorismo, toda expressão de violação e desprezo da vida. Lamentamos os atos subversivos como também os atos terroristas impunemente exercidos por forças não plenamente conhecidas porém em relação direta com o poder estabelecido.

Lamentamos os milhares de vidas trucidadas.

Custa-nos aceitar que as crianças desaparecidas morreram, porque isso seria a repetição atual do genocídio de Herodes em Belém.

Custa-nos aceitar que milhares de pessoas desaparecidas morreram, porque isso seria um dos mais graves fatos de nossa história.

Custa-nos pensar que tremenda violência tenha acontecido em nosso país, porque seria exemplo doloroso de quão longe estão, dos valores do Evangelho, os responsáveis.

Por isso nos custa identificar a doutrina da segurança nacional com o ser cristão, e deixar de lado a utilização simplória do nome de Deus para ocultar atos que ele de nenhuma forma apoiaria. É blasfêmia tomar o nome de Deus em vão, neste caso, para justificar delitos de tortura, roubo e morte, humana e cristãmente repudiáveis.

Vivemos tempos críticos e contraditórios, mas também tempos de esperança. À medida que nos aproximamos novamente da celebração do Pentecostes, convocamos as congregações para a oração pelo nosso país.

Pedimos que o sopro do Espírito Santo renove a vida em todos. Creemos que é impossível deter a fermentação do Reino de Deus; associamo-nos a esse dinamismo juntamente com todos os cristãos e com pessoas de boa vontade.

A FAIE compromete o seu testemunho e ação a favor de um novo país onde a realidade do Evangelho de Jesus Cristo penetre totalmente. Essa é a nossa oração e esperança.

**Junta Diretiva
Federação Argentina de Igrejas Evangélicas**

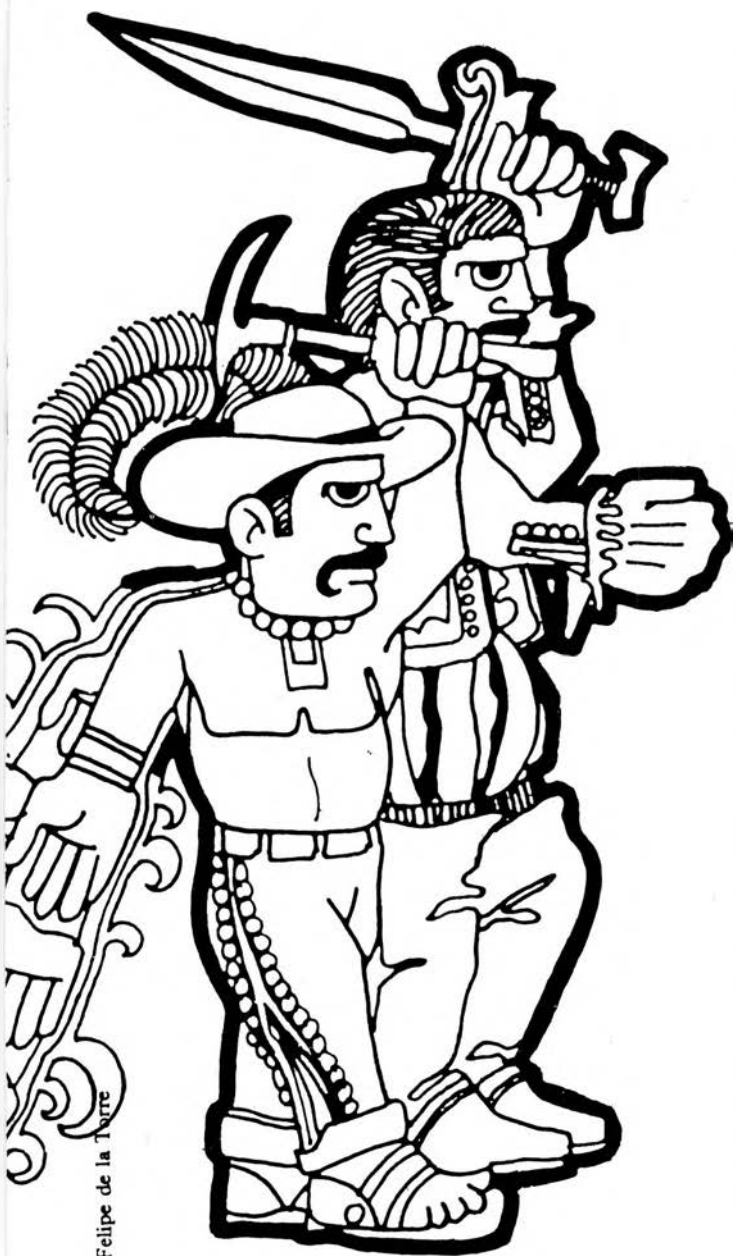
Buenos Aires, 12 de maio de 1983

**Federação Argentina de Igrejas
Evangélicas**

NICARÁGUA MENINA

Lembrando P. Freire

Bebeto Abrantes



*Nicarágua, rosa Latina,
querem destroçar tuas pétalas.
Os caçadores de utopias, estão de volta.
Rondam teus mares
cínicos cardumes metálicos, mercadores de tragédias.
Quanta apreensão, Nicarágua menina!*

*Tamanho desatino, custo acreditar.
Nos teus esverdeados contornos, os marines já estiveram.
Várias vezes. Mesmo em tempos-avós.
Inumeráveis, em outros cantos, por outras costas.
As lições, frescas ainda, todos sabemos.
Desta vez, o que querem então?
Proteger-te, na ingenuidade de tua meninice?
Na impaciência do bem-estar, adotar-te?
Donos dos mares, navegar por preciso ser?*

*Menina, é duro. Mas eles têm sede é da tua ânsia de ser.
Mercadores da morte
e 'sábios' como os ingleses
— caso realizem o inadmissível —
daqui a algumas décadas, hipócritas, de mãos lavadas
certamente ainda terão o desprazo
de fazer um filme sobre tua curta vida
e comercializar para todos os quadrantes do planeta
a triste história do que foste.*

Mercadores desalmados, têm a morte como substância.

*Temem a vida como o diabo foge da cruz.
Tudo o que é belo, pujante e pleno os ofusca.
Cega-os mortalmente.
Nos mares, entre os peixes, infiltram submarinos.
Nos campos verdejantes
— pobres de tuas tenras relvas,
desajeitados pêlos de puberdade, que agora explodem
pra vida —*

*os tanques ceifam as plantações de trigo
somem com o pão de cada dia dos povos e
inventam a fome secular.
Queimam as matas.
Escalpelam as florestas com napalm.
Aos pássaros, opõem helicópteros.
Bélicos, odeiam o Belo.*

